



PLANO
DE GESTÃO
(áreas terrestres)

PARQUE
NATURAL
DA ILHA

TERCEIRA

RELATÓRIO TÉCNICO

Agosto / 2020



GOVERNO
DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Plano de Gestão das Áreas Terrestres do Parque Natural de Ilha da Terceira

Proposta para consulta pública

Equipa técnica:

Este documento foi elaborado pela Direção Regional do Ambiente

Direção Regional do Ambiente

Agosto de 2020

Índice

1. Enquadramento	1
2. Metodologia	13
3. Objetivos Estratégicos e Matriz SWOT	15
4. Listagem das Medidas de Gestão	18
5. Programa de Execução	26
5.1. Proposta de intervenção para a Reserva Natural da Serra de Santa Bárbara e dos Mistérios Negros (TER01)	26
5.1.1. Objetivos de gestão	26
5.1.2. Quadro-resumo das medidas de gestão	28
5.1.3. Medidas de gestão	29
5.2. Proposta de intervenção para a Reserva Natural do Biscoito da Ferraria e Pico Alto (TER02)	31
5.2.1. Objetivos de gestão	31
5.2.2. Quadro-resumo das medidas de gestão	33
5.2.3. Medidas de gestão	34
5.3. Proposta de intervenção para a Reserva Natural da Terra Brava e Criação das Lagoas (TER03)	35
5.3.1. Objetivos de gestão	35
5.3.2. Quadro-resumo das medidas de gestão	36
5.3.3. Medidas de gestão	37
5.4. Proposta de intervenção para o Monumento Natural do Algar do Carvão (TER04)	38
5.4.1. Objetivos de gestão	38
5.4.2. Quadro-resumo das medidas de gestão	39
5.4.3. Medidas de gestão	40
5.5. Proposta de intervenção para o Monumento Natural das Furnas do Enxofre (TER05)	41
5.5.1. Objetivos de gestão	41
5.5.2. Quadro-resumo das medidas de gestão	42
5.5.3. Medidas de gestão	43
5.6. Proposta de intervenção para a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Ponta das Contendas (TER06)	44
5.6.1. Objetivos de gestão	44
5.6.2. Quadro-resumo das medidas de gestão	46
5.6.3. Medidas de gestão	47

5.7. Proposta de intervenção para a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies dos Ilhéus das Cabras (TER07)	49
5.7.1. Objetivos de gestão	49
5.7.2. Quadro-resumo das medidas de gestão.....	50
5.7.3. Medidas de gestão.....	51
5.8. Proposta de intervenção para a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Matela (TER08)	52
5.8.1. Objetivos de gestão	52
5.8.2. Quadro-resumo das medidas de gestão.....	53
5.8.3. Medidas de gestão.....	54
5.9. Proposta de intervenção para a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Biscoito das Fontinhas (TER09)	55
5.9.1. Objetivos de gestão	55
5.9.2. Quadro-resumo das medidas de gestão.....	56
5.9.3. Medidas de gestão.....	57
5.10. Proposta de intervenção para a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Costa das Quatro Ribeiras (TER10)	58
5.10.1. Objetivos de gestão	58
5.10.2. Quadro-resumo das medidas de gestão.....	60
5.10.3. Medidas de gestão	61
5.11. Proposta de intervenção para a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Planalto Central e Costa Noroeste (TER11)	62
5.11.1. Objetivos de gestão	63
5.11.2. Quadro-resumo das medidas de gestão.....	65
5.11.3. Medidas de gestão	66
5.12. Proposta de intervenção para a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Pico do Boi (TER12)	69
5.12.1. Objetivos de gestão	69
5.12.2. Quadro-resumo das medidas de gestão.....	70
5.12.3. Medidas de gestão	71
5.13. Proposta de intervenção para o Área de Paisagem Protegida das Vinhas dos Biscoitos (TER13)	72
5.13.1. Objetivos de gestão	72
5.13.2. Quadro-resumo das medidas de gestão.....	74
5.13.3. Medidas de gestão	75
5.14. Proposta de intervenção para a Área Protegida de Gestão de Recursos da Caldeira de Guilherme Moniz (TER14)	76

5.14.1. Objetivos de gestão	76
5.14.2. Quadro-resumo das medidas de gestão.....	78
5.14.3. Medidas de gestão	79
5.15. Gestão e monitorização de cavidades vulcânicas protegidas	80
5.15.1. Objetivos de gestão	80
5.15.2. Medidas de Gestão.....	80
6. Programa de Monitorização	82
6.1. Níveis de monitorização	82
6.2. Indicadores	84
7. Bibliografia.....	85
Anexos	99
1. Habitats com estatuto de proteção nas áreas protegidas do Parque Natural da Terceira	99
2. Espécies com interesse para a conservação da natureza nas áreas protegidas do Parque Natural da Terceira	101
2.1. Flora	101
2.2. Fauna	106

1. Enquadramento

O Arquipélago dos Açores localiza-se no oceano Atlântico norte ocupando uma faixa definida pelas seguintes coordenadas geográficas: 39° 43' 23'' (Ponta Norte – Ilha do Corvo) e 36° 55' 43'' (Ponta do Castelo – Ilha de Santa Maria) de latitude norte; 24° 46' 15'' (Ilhéus das Formigas – Ilha de Santa Maria) e 31° 16' 24'' (Ilhéu de Monchique – Ilha das Flores) de longitude oeste.

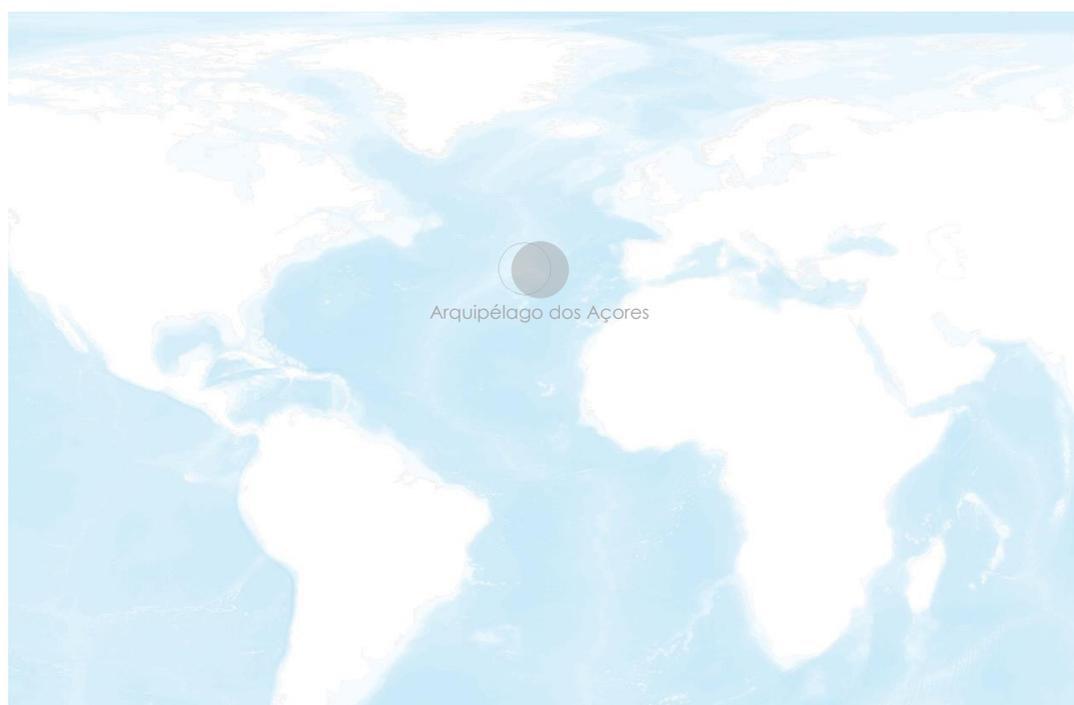


Figura 1 - Arquipélago dos Açores no mundo.

As ilhas encontram-se agrupadas atendendo à proximidade geográfica: Grupo Ocidental (Corvo e Flores); Grupo Central (Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial); Grupo Oriental (São Miguel e Santa Maria). O Grupo Central distancia-se cerca de 150 km e de 240 km dos Grupos Oriental e Ocidental, respetivamente.



Figura 2 - Arquipélago dos Açores e Ilha Terceira.

A partir da Carta de Ocupação do Solo da Região Autónoma dos Açores de 2018 (COS.A/2018) pode concluir-se que a Agricultura domina a ocupação da ilha, com a subclasse prados/pastagens a ocupar 57,53%. As Florestas e os Meios Naturais e Seminaturais são a segunda classe de maior expressão, e em que a percentagem de ocupação das subclasses florestas de folhosas e florestas de resinosas são muito similares, o que só acontece nesta ilha, com 10,30% e 7,08% respetivamente, enquanto as subclasses áreas portuárias [0,15%] e equipamentos desportivos, culturais, turísticos e de lazer [0,27%] representam os valores mais altos da Região.

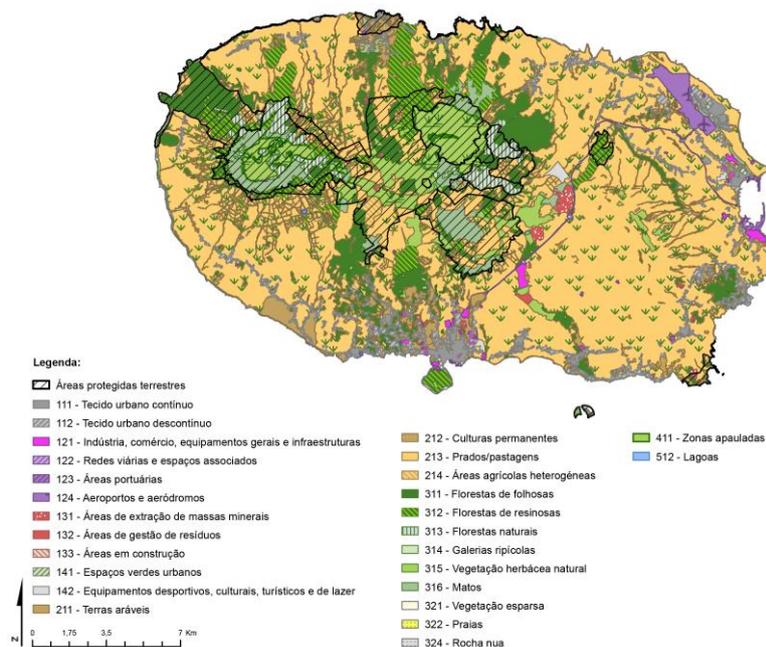


Figura 3 - Usos do solo a partir da COS.A/2018 (DRA 2018).

Para a adequada gestão dos Parques Naturais de Ilha (PNI) é também fundamental ter conhecimento do regime de propriedade dos terrenos neles integrados. Nos Açores, uma parte substancial dos terrenos públicos estão integrados nos perímetros florestais, pelo que se apresenta o perímetro florestal mais recente. Refira-se, no entanto, que as áreas de perímetro florestal que, entretanto, foram classificadas no âmbito da Rede de Áreas Protegidas dos Açores estão sujeitas ao respetivo regime de classificação e ao regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril.

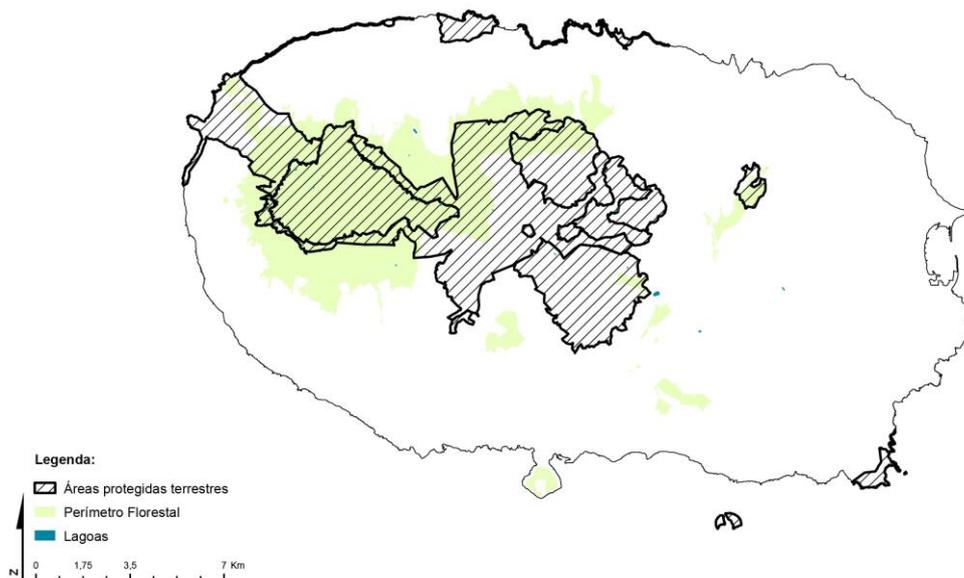


Figura 4 – Perímetro florestal e áreas protegidas (perímetro florestal - DRRF, 2014).

O regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, define a Rede Fundamental de Conservação da Natureza como o conjunto dos territórios orientados para a conservação das componentes mais representativas do património natural e da biodiversidade. O conjunto das áreas integradas no Parque Natural de Ilha, Rede Natura 2000 e as áreas de Reserva Ecológica e de Reserva Agrícola conformam a Rede Fundamental da Conservação da Natureza (figura 5).

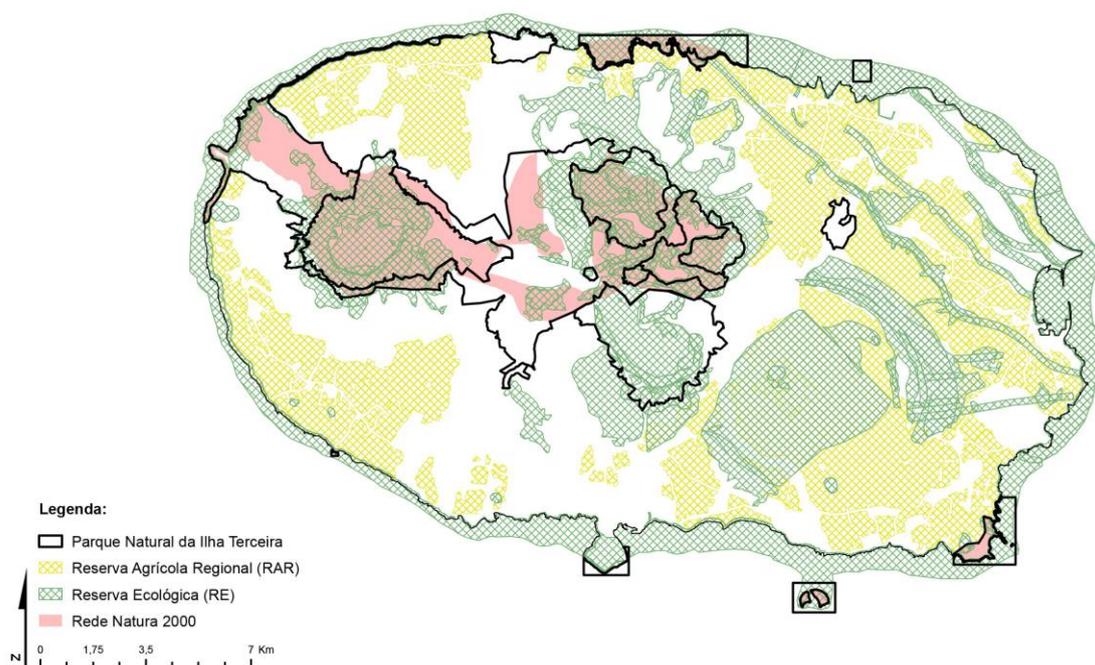


Figura 5 - Rede Fundamental da Conservação da Natureza – Integra as áreas protegidas, as áreas da Rede Natura 2000, a Reserva Ecológica e a Reserva Agrícola (IROA 2013).

Recentemente, através da Resolução do Conselho do Governo n.º 135/2018, de 10 de dezembro, foram aprovados os objetivos de qualidade de paisagem e as orientações para a gestão da paisagem dos Açores.

Para a ilha Terceira as orientações para a gestão da paisagem são as seguintes:

- a) Fomentar a coerência em termos de diversidade e complementaridade de usos, com vista ao aumento da capacidade multifuncional e da sustentabilidade da paisagem, incrementar o aumento de riqueza biológica e preservar os mosaicos característicos da paisagem desta ilha, particularmente evidenciados por muros de alvenaria de pedra;
- b) Promover a instalação de vegetação autóctone nas cumeadas de maior altitude, com vista à beneficiação da paisagem no seu todo, aumentando a capacidade de retenção de água, a sua infiltração e a redução dos problemas de erosão do solo;
- c) Promover a diversificação dos usos do solo, contrariando a tendência para a expansão das pastagens intensivas, através da sua reconversão para pastagens extensivas e seminaturais;
- d) Promover a ocupação urbana equilibrada evitando a dispersão de edificações, assegurar o planeamento do crescimento dos aglomerados urbanos e corrigir as dissonâncias da paisagem humanizada.

Este Plano de Gestão contribui para a concretização desses objetivos.

Foram consideradas para a Terceira, dez unidades de paisagem, a seguir identificadas com a respetiva denominação e código:

- a) Raminho/Altares (T1) – apresenta uma área de, aproximadamente, 52 km², abrangendo os concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, e integra os aglomerados urbanos de Raminho, Altares e Biscoitos;
- b) Área Natural do Pico Alto (T2) – apresenta uma área de, aproximadamente, 56 km², abrangendo os concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, e integra o aglomerado urbano de Quatro Ribeiras;
- c) Ramo Grande (T3) – apresenta uma área de, aproximadamente, 94 km², abrangendo os concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, e integra os aglomerados urbanos de Aqualva, Vila Nova, São Brás, Lajes, Fontinhas, Praia da Vitória, Cabo da Praia, Fonte do Bastardo e Porto Martins;
- d) Caldeira de Santa Bárbara (T4) – abrange uma área de, aproximadamente, 3 km² do concelho de Angra do Heroísmo e não integra aglomerados urbanos;

- e) Encosta São Bartolomeu/Serreta (T5) – abrange uma área de, aproximadamente, 69 km² do concelho de Angra do Heroísmo e integra os aglomerados urbanos de Serreta, Doze Ribeiras, Santa Bárbara, Cinco Ribeiras e São Bartolomeu;
- f) Bagacina (T6) – abrange uma área de, aproximadamente, 14 km² do concelho de Angra do Heroísmo e não integra aglomerados urbanos;
- g) Caldeira de Guilherme Moniz (T7) - apresenta uma área de, aproximadamente, 10 km², abrangendo os concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, e não integra aglomerados urbanos;
- h) Achada (T8) - apresenta uma área de, aproximadamente, 47 km², abrangendo os concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, e não integra aglomerados urbanos;
- i) Angra do Heroísmo e Envolvente (T9) - abrange uma área de, aproximadamente, 35 km² do concelho de Angra do Heroísmo e integra os aglomerados urbanos de São Mateus, Terra-Chã, Posto Santo e Angra do Heroísmo;
- j) Encosta Ribeirinha/São Sebastião (T10) - abrange uma área de, aproximadamente, 20 km² do concelho de Angra do Heroísmo e integra os aglomerados urbanos de Ribeirinha, Feteira, Porto Judeu e São Sebastião.

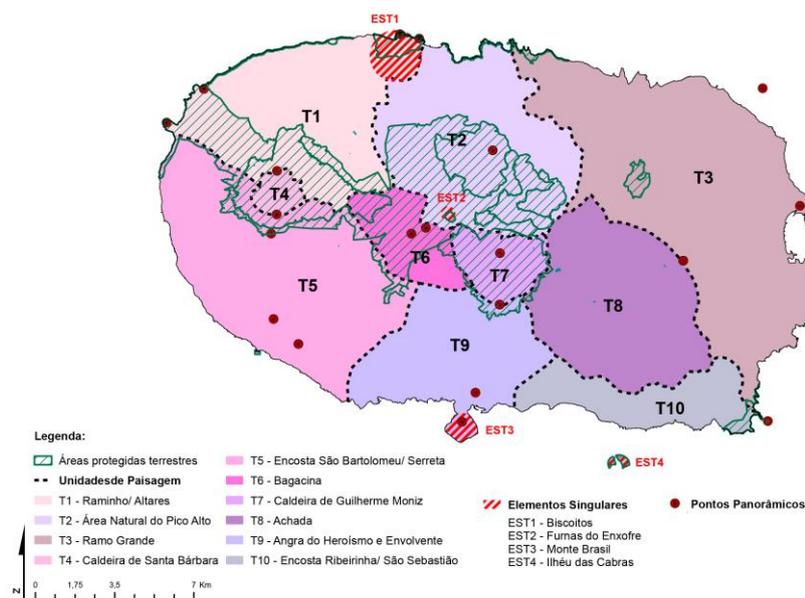


Figura 6 – Unidades de paisagem para a Ilha Terceira.

As cavidades vulcânicas dos Açores, em especial os tubos lávicos e os algares vulcânicos, constituem um habitat único, ostentando um valioso património geológico e biológico, onde se inclui uma concentração única de espécies endémicas troglóbias e diversas estruturas geológicas relevantes.

Atendendo à importância e diversidade do património espeleológico existente no arquipélago, o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2019/A, de 22 de maio, estabeleceu o Regime de proteção e classificação das cavidades vulcânicas da Região Autónoma dos Açores, aplicável a todas as cavidades vulcânicas conhecidas, inventariadas ou a inventariar, em todas as ilhas do arquipélago dos Açores, com os seguintes objetivos:

- a) Conhecer e proteger o estado natural das estruturas geológicas e vulcano - espeleológicas, bem como dos respetivos *habitats* e espécies;
- b) Salvaguardar as especificidades naturais e culturais das cavidades vulcânicas, incluindo a integridade física e condições de estabilidade dessas estruturas;
- c) Promover a investigação científica e a manutenção de serviços dos ecossistemas associados às cavidades vulcânicas;
- d) Promover a compatibilidade entre a conservação da geodiversidade e dos ecossistemas e as atividades industriais, agrícolas, florestais, de turismo, de recreio e de lazer;
- e) Promover ações de sensibilização e educação ambiental orientadas para o uso sustentável dos recursos naturais presentes nas cavidades vulcânicas.

Atualmente, nos Açores são conhecidos quase três centenas de cavidades vulcânicas, das quais 78 na ilha Terceira (figura 7).

Neste contexto, o Plano de Gestão prevê a implementação de medidas de gestão para as cavidades vulcânicas, dando execução ao disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 10/2019/A, de 22 de maio.

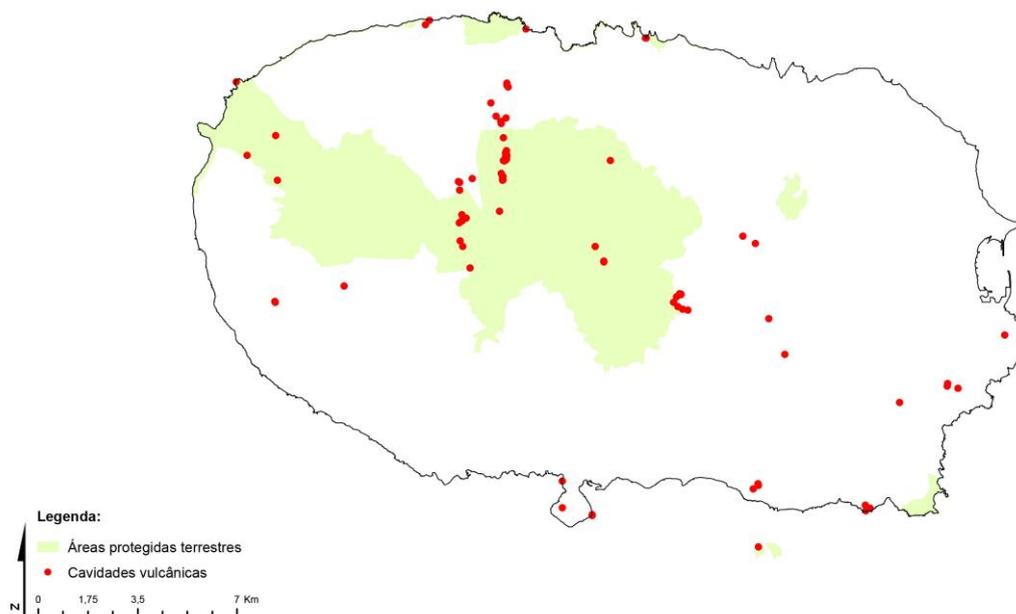


Figura 7 – Distribuição das cavidades vulcânicas da Ilha Terceira.

O Parque Natural da Terceira foi criado em 2011, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2011/A, de 20 de abril. Integram o PNI da Terceira todas as áreas protegidas da Rede Natura 2000, nomeadamente as Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e as Zonas de Proteção Especial (ZPE), e as restantes áreas protegidas classificadas e reclassificadas segundo o referido decreto.

O PNI da Terceira integra 20 áreas protegidas, das quais 14 são terrestres com uma área total de 95,78 km² o que corresponde a 22% da superfície da ilha, e 6 áreas marinhas com 7,43 km². Na figura 8 apresentam-se as áreas protegidas do PNI com o respetivo código, atribuído pelo diploma de classificação.

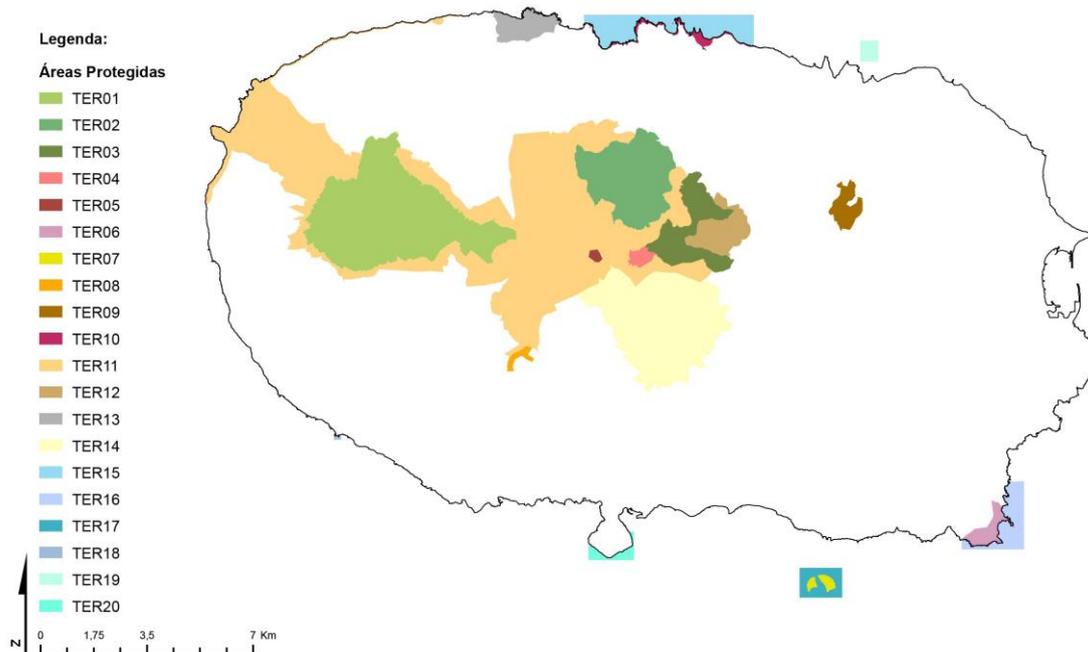


Figura 8 - Áreas protegidas do PNI Terceira e código adotado.

Na figura 9 apresentam-se as áreas protegidas pertencentes ao PNI da Terceira, discriminadas segundo as categorias definidas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN): à categoria I corresponde a designação de Reserva Natural; à categoria III corresponde a designação de Monumento Natural; à categoria IV corresponde a designação de Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies; à categoria V corresponde a designação de Área de Paisagem Protegida e à categoria VI a designação de Área Protegida para a Gestão de Recursos.

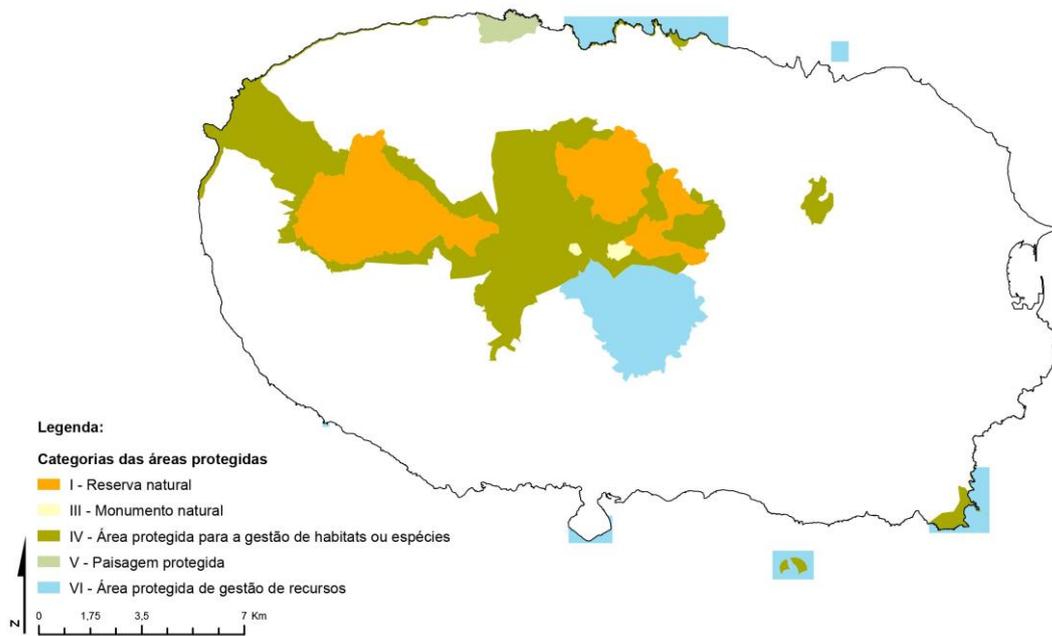


Figura 9 - Áreas protegidas de acordo com as categorias IUCN.

Na figura 10 mostra-se a relação das áreas terrestres do PNI da Terceira com as áreas da Rede Natura 2000, concretamente as Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e as Zonas de Proteção Especial (ZPE).

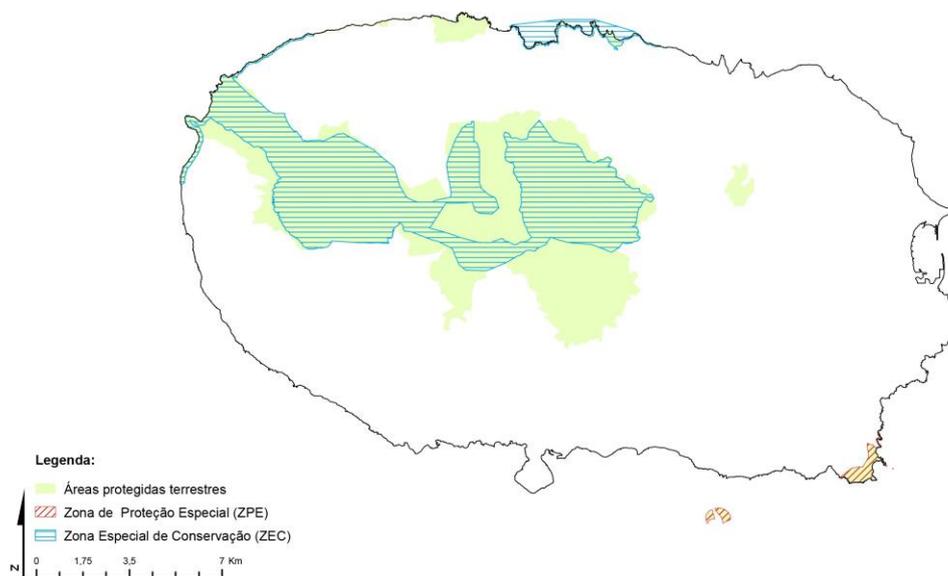


Figura 10 - Relação das áreas da Rede Natura 2000 com as áreas terrestres do PNI da Terceira.

Na Tabela 1 evidencia-se a correspondência entre as áreas protegidas do PNI da Terceira com alguns estatutos de proteção e classificação internacionais atribuídos às mesmas.

Tabela 1 - Designação toponímica das áreas protegidas e classificações internacionais. A cor lilás indicam-se as áreas protegidas com componente terrestre, que são objeto do Plano de Gestão.

Categories IUCN	Código	Designação	Classificações internacionais
Reserva Natural (I)	TER01	Serra de Santa Bárbara e dos Mistérios Negros	ZEC PTER0017 Serra de Santa Bárbara e Pico Alto Geossítio do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO TER 2 Caldeira de Santa Bárbara e Mistérios Negros
	TER02	Biscoito da Ferraria e Pico Alto	ZEC PTER0017 Serra de Santa Bárbara e Pico Alto Ramsar 1805 -Planalto Central da Terceira (Furnas do Enxofre e Algar do Carvão) Geossítio do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO TER 6 Pico Alto, Biscoito Rachado e Biscoito da Ferraria
	TER03	Terra Brava e Criação das Lagoas	ZEC PTER0017 Serra de Santa Bárbara e Pico Alto Ramsar 1805 -Planalto Central da Terceira (Furnas do Enxofre e Algar do Carvão)
Monumento Natural (III)	TER04	Algar do Carvão	ZEC PTER0017 Serra de Santa Bárbara e Pico Alto Ramsar 1805 -Planalto Central da Terceira (Furnas do Enxofre e Algar do Carvão) Geossítio do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO TER 1 Algar do Carvão
	TER05	Furnas do Enxofre	Ramsar 1805 -Planalto Central da Terceira (Furnas do Enxofre e Algar do Carvão) Geossítio do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO TER 4 Furnas do Enxofre
Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies (IV)	TER06	Ponta das Contendas	IBA PT067 Contendas ZPE PTZPE0031 Ponta das Contendas
	TER07	Ilhéus das Cabras	ZPE PTZPE0032 Ilhéu das Cabras IBA PT081 Ilhéu das Cabras Geossítio do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO TER 10 Ilhéus das Cabras
	TER08	Matela	
	TER09	Biscoito das Fontinhas	
	TER10	Costa das Quatro Ribeiras	ZEC PTER0018 Costa das Quatro Ribeiras IBA PT066 Raminho – Pesqueiro Velho

Categorias IUCN	Código	Designação	Classificações internacionais
			Geossítio do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO TER 8 Fajã da Alagoa - Biscoito das Calmeiras
	TER11	Planalto Central e Costa Noroeste	Ramsar 1805 -Planalto Central da Terceira (Furnas do Enxofre e Algar do Carvão) ZEC PTER0017 Serra de Santa Bárbara e Pico Alto Geossítio do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO TER 6 Pico Alto, Biscoito Rachado e Biscoito da Ferraria Geossítio do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO TER 7 Ponta da Serreta e escoadas traquíticas Geossítio do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO TER 11 Mistério de 1761 e sistema cavernícola da Malha Grande – Balcões Geossítio do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO TER 13 Biscoitos – Matias Simão
	TER12	Pico do Boi	ZEC PTER0017 Serra de Santa Bárbara e Pico Alto
Área de Paisagem Protegida (V)	TER13	Vinhas dos Biscoitos	Geossítio do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO TER 13 Biscoitos – Matias Simão
	TER14	Caldeira de Guilherme Moniz	Geossítio do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO TER 3 Caldeira de Guilherme Moniz
Área Protegida para a Gestão de Recursos (VI)	TER15	Área marinha das Quatro Ribeiras	
	TER16	Área marinha Costa das Contendas	
	TER17	Área marinha ilhéus das Cabras	
	TER18	Área marinha das Cinco Ribeiras	
	TER19	Área marinha da Baixa da Vila Nova	
	TER20	Área marinha do Monte Brasil	

Este Plano de Gestão ocupa-se unicamente da componente terrestre do Parque Natural da Terceira.

Para cada área protegida houve lugar à definição de unidades operativas de gestão as quais se encontram sujeitas aos regimes de proteção estabelecidos pelo Plano de Gestão, em conformidade com o estabelecido nos artigos 41.º a 46.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, concretamente: áreas de proteção integral, áreas de proteção parcial, áreas de proteção complementar, áreas prioritárias

para a conservação, áreas de uso sustentável de recursos, e áreas de intervenção específica.

No capítulo 5, dedicado ao Programa de Execução, concretizam-se as propostas de intervenção para cada uma das áreas protegidas, enunciando os respetivos objetivos e medidas de gestão, sendo estas elencadas por unidade operativa de gestão e apresentadas em função do respetivo grau de prioridade.

2. Metodologia

O Plano de Gestão tem como objetivo o estabelecimento das medidas de gestão necessárias à conservação, recuperação e gestão sustentável dos habitats e espécies protegidos, assim como da componente cultural da paisagem. No Plano de Gestão deve ter-se em conta os objetivos gerais de cada área protegida, a salvaguarda dos valores ambientais em presença e a adequada localização das atividades necessárias para assegurar o desenvolvimento económico e social das populações.

Os objetivos gerais do Plano de Gestão são balizados pelos objetivos de desenvolvimento sustentável formulados pela Organização das Nações Unidas, pelos objetivos do Governo dos Açores para a área do Ambiente e pelos objetivos e medidas de gestão formulados para a Rede de Áreas Protegidas dos Açores, no geral, e para cada Parque Natural de Ilha, em particular, e que se encontram estabelecidos no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e nos diplomas de criação dos Parques Naturais de Ilha.

A metodologia seguida na elaboração deste Plano de Gestão encontra-se esquematizada na Figura 11.

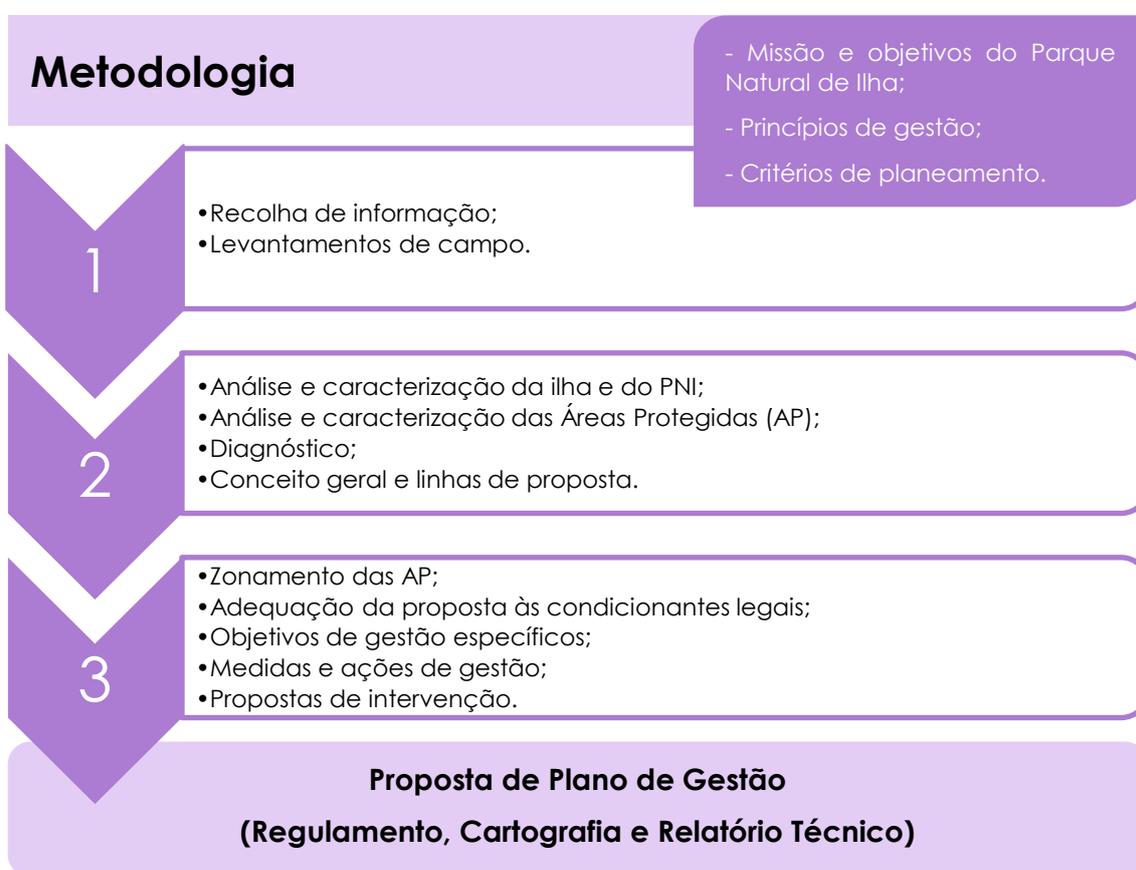


Figura 11 - Metodologia usada na elaboração do Plano de Gestão.

Para cada área protegida houve lugar à elaboração de uma ficha de caracterização que inclui uma caracterização geral, de habitats, flora e fauna protegidos.¹ Os usos do solo e a componente cultural e social da paisagem são também abordados.

Procedeu-se à elaboração de um diagnóstico que incluiu uma análise SWOT, aspetos relativos à vulnerabilidade das áreas protegidas, habitats e espécies e medidas de gestão que se encontram já a ser implementadas ou cuja implementação se verifica necessária.

Cada área protegida foi objeto de um zonamento em que se procedeu a uma subdivisão da mesma em unidades operativas de gestão. Estas unidades operativas de gestão têm representação cartográfica na Planta de Síntese e são elas que correspondem aos diversos regimes de proteção: áreas de proteção integral, áreas de proteção parcial, áreas de proteção complementar, áreas prioritárias para a conservação, áreas de uso sustentável de recursos e áreas de intervenção específica.

Para cada área protegida estabeleceram-se objetivos e medidas de gestão. Os objetivos abrangem toda a área protegida e decorrem dos decretos legislativos regionais que deram origem ao estabelecimento das mesmas, no entanto são direcionados já aos valores presentes na área protegida em questão. As medidas de gestão são próprias de cada unidade operativa de gestão e estão já direcionadas para a conservação, recuperação e gestão de determinados habitats, espécies, elementos geológicos ou paisagens. Podem ser efetivamente implementadas no terreno e são passíveis de ser avaliadas e monitorizadas. Estes elementos são incluídos em tabelas e constituem o programa de execução para cada área protegida.

¹ Os critérios que presidiram à inclusão dos habitats e espécies nas fichas de caracterização das áreas protegidas são os seguintes: Em primeiro lugar teve-se em conta os habitats e espécies integrados nas FDN's - *Standart Data Form* da Rede Natura 2000 - Fichas de caracterização das áreas de Rede Natura 2000 (ZEC e ZPE) regularmente submetidas à Comissão Europeia. Estas fichas são atualizadas com a informação científica mais recente, as que estão a ser utilizadas são na generalidade de 2015; Em segundo lugar teve-se em conta os levantamentos bibliográficos e formulários preenchidos pelo pessoal técnico dos PNI respeitantes às áreas protegidas; em terceiro lugar a informação recolhida quando dos levantamentos de campo.

3. Objetivos Estratégicos e Matriz SWOT

Os objetivos estratégicos dos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha são os seguintes:

- Conservação e recuperação dos ecossistemas naturais, dos elementos culturais de interesse patrimonial e dos valores de paisagem que se encontram nas Áreas Protegidas integradas no Parque Natural de Ilha;
- Conservação e recuperação dos habitats e espécies constantes nos anexos das Diretivas Aves e Habitats;
- Promoção da pesquisa científica e manutenção dos serviços ambientais, nomeadamente conservação do solo, da água e da vegetação natural endémica e nativa;
- Promoção da compatibilização entre a conservação da natureza e o turismo de natureza;
- Promoção de ações de sensibilização e educação ambiental;
- Uso sustentável dos recursos existentes nos ecossistemas naturais e nas paisagens que se encontram nas Áreas Protegidas integradas no Parque Natural de Ilha.

Os resultados da análise SWOT realizada ao PNI da Terceira estão resumidos de seguida.

Tabela 2 - Resultados da análise SWOT realizada ao Parque Natural de Ilha.

S - Pontos Fortes	W - Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none">– Habitats e espécies de flora e fauna protegidos, com estatuto de conservação prioritário e em bom estado de conservação;– Manchas de vegetação natural endémica e nativa com interesse para a conservação;– Elevada qualidade ambiental;– Elevados valores paisagísticos;– Preservação da biodiversidade;– Existência de espécies da flora e fauna endémica;– Nidificação de aves marinhas;– Passagem de aves migratórias;– Valor geológico e geomorfológico elevado;– Áreas classificadas pela Rede Natura 2000, Geoparque Açores e sítio Ramsar;– Existência de Instrumentos de Gestão Territorial como POOC;– Existência de programas de financiamento (Projecto LIFE IP AZORES	<ul style="list-style-type: none">– Avanço de espécies de flora invasora;– Pressão humana para transformação de zonas com vegetação natural em áreas agrícolas e florestais;– Aumento crescente da pressão turística;– Dificuldade de implementação de Instrumentos de Gestão Territorial existentes;– Insuficiente sensibilização ambiental da população;– Subvalorização por parte das populações das potencialidades dos recursos naturais;– Vigilância insuficiente;– Abandono de resíduos;– Conhecimento científico de algumas áreas protegidas insuficiente e/ou desatualizado;– Falta de sinalética (estradas, locais de interesse);– Existência de zonas de extração de massas minerais consolidadas sem Plano

<p>NATURA – Proteção ativa e gestão integrada da Rede Natura 2000 nos Açores - LIFE17 IPE/PT/000010 e Projeto LIFE BEETLES - LIFE18 NAT/PT/000864);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contacto com a natureza; - Existência de trilhos pedestres; - Existência de miradouros; - Existência de uma boa rede viária. 	<p>de Integração Paisagística implementado;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento da capacidade de carga dos trilhos; - Acessibilidade fácil aos ecossistemas; - Áreas de propriedade privada; - Presença de populações de espécies de flora raras e de artrópodes endémicos tendencialmente pequenas e isoladas; - Falta de vedações em áreas com presença de gado bravo bovino e caprino.
O - Oportunidades	T - Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Controlar a vegetação invasora (continuação); - Implementar os Instrumentos de Gestão Territorial existentes e criar outros; - Incentivar os proprietários dos terrenos a optar por medidas silvo e agroambientais para os seus terrenos; - Incentivar a plantação de sebes e bosquetes com espécies de vegetação endémica e nativa; - Ações de erradicação e controlo de invasoras e plantação de espécies endémicas; - Criação e manutenção de corredores ecológicos pertencentes à RFCN - Rede Fundamental de Conservação da Natureza; - Aquisição de terrenos nas zonas com interesse para a conservação da natureza; - Vedação e recuperação de áreas com habitats e espécies sensíveis, nomeadamente áreas de turfeiras; - Vedação de áreas ambientais sensíveis, para evitar o pisoteio de gado; - Mapear em sistema ArcGIS as populações das espécies da fauna e flora endémica e invasora; - Criar miradouros e zona de estadia com tipologias e materiais adequados a cada situação; - Colocação de sinalética interpretativa em áreas de interesse natural e cultural; - Estudar o impacto da utilização dos trilhos nos habitats e espécies protegidos; - Implementar um programa de fiscalização articulado entre Vigilantes da Natureza, Polícia Marítima, GNR e PSP; - Definir uma estratégia de comunicação e promoção da área do Parque Natural da Terceira; - Definir e Implementar um programa de 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da área com espécies da flora invasora; - Perda de espécies e habitats raros e muitos raros, e prioritários da Rede Natura 2000; - Degradação das zonas húmidas, nomeadamente lagoas, charcos e turfeiras com consequências para o sistema hidrológico de toda a ilha; - Aumento das zonas de pastagem e diminuição das zonas de vegetação natural existentes; - Perda de diversidade biológica em termos de flora, fauna, artrópodes e aves; - Perda da oportunidade da implementação dos Instrumentos de Gestão Territorial existentes; - Perda da oportunidade da criação de outros instrumentos de gestão territorial; - Destruição de habitat nidificável e de repouso para as aves endémicas, nativas e migradoras; - Aumento da pressão turística; - Manutenção das áreas de extração de inertes ao abandono; - Subvalorização por parte das populações das potencialidades dos recursos naturais e paisagísticos; - Herbivoria e pisoteio de espécies de flora protegida; - Espécies de avifauna predadoras; - Perda de oportunidade de recuperação de elementos arquitetónicos de valor cultural; - Degradação de zonas húmidas; - Pressão para construção em áreas protegidas; - Extração ilegal de calhau rolado; - Campismo selvagem; - Realização de trilhos pedestres não oficiais em zonas sensíveis; - Pisoteio por pedestrianistas de zonas

<p>monitorização;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer protocolos com entidades de investigação; - Recuperação de elementos de interesse patrimonial como os fortes; - Potencialidade para a visitaçãõ; - Potencialidade para a observaçãõ de aves; - Interesse para a atividade turística; - Interesse científico; - Sensibilizaçãõ e educaçãõ ambiental da populaçãõ; - Interesse para o desenvolvimento do geoturismo; - Formaçãõ e sensibilizaçãõ dos Guias do Parque e operadores turísticos. - Monitorizar a pressãõ turística e avaliar a necessidade de implementaçãõ de capacidades de carga e/ou regulamentos de visitaçãõ turística e acesso à área protegida. 	<p>sensíveis, espécies raras de vegetaçãõ e formações geológicas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizaçãõ de cozidos ilegais nas Furnas do Enxofre.
---	--



4. Listagem das Medidas de Gestão

Para que não se perca a visão integradora do Plano de Gestão, optou-se por classificar as medidas de gestão em 5 grandes temas, conforme consta da Tabela 3:

Tabela 3 - Grandes temas de medidas de gestão

Tema	Descrição
A.	Medidas relacionadas com a gestão de habitats e espécies
B.	Medidas baseadas na propriedade e uso do solo
C.	Medidas administrativas e reguladoras
D.	Medidas de monitorização e melhoria do conhecimento científico
E.	Medidas para o aumento da comunicação e da consciência ambiental

Esta metodologia permitiu identificar tipos de medidas que se podem propor no âmbito do Plano de Gestão, as quais estão dependentes de futuras relações a estabelecer com as entidades responsáveis pela sua implementação, e que estão em consonância com as medidas propostas pelo Plano Setorial da Rede Natura 2000.

Tabela 4 - Tipos de medidas de gestão e entidades responsáveis pela sua implementação.

Tipo de medida	Descrição	Entidades responsáveis
M1.	Medidas gerais	- Direção Regional do Ambiente
M2.	Medidas relacionadas com a agricultura e habitats abertos	- Direção Regional da Agricultura - Direção Regional dos Recursos Florestais - Direção Regional do Ambiente / Direção de Serviços de Conservação de Natureza e Sensibilização Ambiental - Serviços de Ambiente de Ilha / Parques Naturais de Ilha
M3.	Medidas relacionadas com florestas, habitats lenhosos	- Direção Regional dos Recursos Florestais - Direção Regional do Ambiente / Direção de Serviços de Conservação de Natureza e Sensibilização Ambiental - Serviços de Ambiente de Ilha / Parques Naturais de Ilha
M4.	Medidas relacionadas com zonas húmidas, águas correntes e habitats costeiros	- Direção Regional dos Assuntos do Mar - Direção Regional do Ambiente / Direção de Serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território - Serviços de Ambiente de Ilha / Parques Naturais de Ilha
M5.	Medidas relacionadas com habitats marinhos	- Direção Regional dos Assuntos do Mar - Serviços de Ambiente de Ilha / Parques Naturais de Ilha
M6.	Medidas relacionadas com planeamento espacial	- Direção Regional do Ambiente / Direção de Serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território - Municípios
M7.	Medidas relacionadas com gestão de habitats e	- Direção Regional do Ambiente / Direção de Serviços de Conservação de Natureza e Sensibilização Ambiental

Tipo de medida	Descrição	Entidades responsáveis
	espécies, caça, recolção e pesca	- Direção Regional da Agricultura - Direção Regional dos Recursos Florestais - Direção Regional dos Assuntos do Mar - Serviços de Ambiente de Ilha / Parques Naturais de Ilha
M8.	Medidas relacionadas com áreas urbanas, indústria, energia, turismo e transportes	- Municípios - Direção Regional do Ambiente / Direção de Serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território - Serviços de Ambiente de Ilha / Parques Naturais de Ilha
M9.	Medidas relacionadas com uso especial dos recursos	- Municípios - Direção Regional do Ambiente / Direção de Serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território - Serviços de Ambiente de Ilha / Parques Naturais de Ilha

Optou-se por produzir um sistema de classificação das medidas adaptado ao território açoriano. A cada medida foi atribuído um código, para que mais facilmente se possam relacionar com as unidades operativas de gestão.

Todas as medidas do tema A devem se efetuadas sob a supervisão de pessoal técnico e cientificamente habilitado, proveniente da Direção Regional do Ambiente ou das diversas entidades envolvidas na sua implementação. Todas as medidas implementadas no terreno devem ser documentadas, monitorizadas e georreferenciadas.

Para cada área protegida estabelecem-se os objetivos gerais, que estão relacionados com os objetivos de gestão preconizados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2011/A, 20 de abril, que criou o PNI da Terceira. Estes objetivos gerais estão já relacionados com a realidade do local e com as grandes metas que se pretende atingir em termos de conservação da natureza e de compatibilização com os restantes usos do solo, em cada área protegida.

Ao estabelecer-se os objetivos gerais dá-se destaque aos habitats e espécies presentes nos anexos I, II e IV da Diretiva Habitats.

Para cada área protegida referem-se as condicionantes legais presentes, sejam elas provenientes de instrumentos de gestão territorial (planos especiais, municipais e sectoriais de ordenamento do território) ou de serviços e restrições de utilidade pública.

Apresentam-se também as diversas unidades operativas de gestão presentes em cada área protegida, assim como o código que surge na planta, o regime de proteção e área correspondente, em hectares. A inclusão nos diversos regimes de proteção obedeceu sempre em primeira mão ao princípio da proteção eficaz dos habitats, espécies e paisagens e seguidamente ao da conciliação dos usos do solo.

Apresenta-se ainda a proposta de intervenção quanto aos elementos de fruição de paisagem, sejam eles trilhos, miradouros ou outros.

No Programa de Execução são apresentadas fichas para cada área protegida em que se elencam as medidas de gestão preconizadas no âmbito do Plano de Gestão. Estas medidas e a sua prioridade estão relacionadas com os aspetos que se identificaram como importantes no âmbito da caracterização e diagnóstico. Apresenta-se a generalidade das medidas necessárias e passíveis de serem implementadas, assim como o respetivo grau de prioridade, sendo o vermelho o mais elevado (nível 3) e o verde o mais baixo (nível 1).

Na Tabela 5 apresentam-se os tipos de medidas de gestão e respetivos códigos.

Tabela 5 - Tipos de medidas de gestão e códigos correspondentes.

Tema	Código	Medidas de gestão
	M1.	Medidas gerais
A/B/C/D/E	M1.1.	Fiscalização de áreas protegidas
A/B/C/D/E	M1.2	Gestão e monitorização das cavidades vulcânicas protegidas
	M2.	Medidas relacionadas com a agricultura e habitats abertos
B	M2.1.	Manutenção de pastagens e outros habitats abertos
B	M2.2.	Modificação de práticas culturais
B	M2.3.	Corte/colheita
B/C	M2.4.	Maneio de fitoquímicos - pesticidas e herbicidas
B/C	M2.5.	Maneio da fertilização
B/C	M2.6.	Maneio da irrigação
B/C	M2.7.	Maneio da silagem
B/C	M2.8.	Queimadas controladas
A/B/C	M2.9.	Vedação de terrenos
A/B/C	M2.10.	Construção de cancelas e outros dispositivos de limitação do gado
A/B/C	M2.11.	Maneio de sebes e bosquetes
A/B/C	M2.12.	Promoção de sebes e bosquetes
A/B/C	M2.13.	Abandono de sistemas de pastagens
A/B/C	M2.14.	Criação de gado caprino e ovino confinado
A/B/C	M2.15.	Estabelecimento de capacidade de carga bovina e caprina
A/B/C	M2.16.	Restrição ao uso como pastagem
B/C	M2.17.	Recuperação / melhoria de muros e muretes em pedra
B/C	M2.18	Construção de muros e muretes em pedra
B/C	M2.19.	Recuperação / melhoria de elementos da arquitetura de produção tradicional
B/C	M2.20.	Recuperação / melhoria de elementos da arquitetura de produção tradicional relacionados com captação e armazenamento de água

Tema	Código	Medidas de gestão
B/C	M2.21.	Manutenção de vinha
B/C	M2.22.	Reconversão de matos em vinha
A/B/C	M2.23.	Manutenção de faixas e manchas de vegetação endémica em vinha
A/B/C	M2.24.	Manejo de gado caprino
	M2.25.	Outras medidas relacionadas com a agricultura
	M3.	Medidas relacionadas com florestas, habitats lenhosos
B/C	M3.1.	Plantação florestal com espécies de produção e nativas
A/C/D/E	M3.2.	Naturalização dos povoamentos florestais
B/C	M3.3.	Desbaste de povoamentos florestais
B/C	M3.4.	Limpeza de povoamentos florestais
B/C	M3.5.	Eliminação do sub-coberto
B/C	M3.6.	Desmatamento
A/B/C	M3.7.	Prevenção da erosão
A/B	M3.8.	Movimentação de terras
A/B	M3.9.	Melhoria da drenagem dos terrenos
A/B	M3.10.	Estabelecimento de taludes
A/B/E	M3.11.	Estabelecimento de taludes por engenharia biológica
A/B/C	M3.12.	Beneficiação de caminhos florestais
A/B/C	M3.13.	Restauro / melhoria de caminhos florestais existentes
A/B/C/D/E	M3.14.	Restauro / melhoria dos habitats florestais endémicos e nativos
A/B/C/D/E	M3.15.	Valorização de manchas florestais como corredores ecológicos
A/B/C/D/E	M3.16.	Valorização de bermas de caminhos florestais como corredores ecológicos
A/B/C/D/E	M3.17.	Gestão florestal adaptada à conservação da natureza
A/B/C/E	M3.18.	Valorização de caminhos florestais e aceiros para o turismo
	M3.19.	Outras medidas relacionadas com florestação
	M4.	Medidas relacionadas com zonas húmidas, águas correntes e habitats costeiros
A/B/C/D/E	M4.1.	Restauro / melhoria da qualidade da água
A/B/C	M4.2.	Restauro / melhoria do regime hidrológico
A/C/E	M4.3.	Criação de bacias de retenção de água
A/B/C	M4.4.	Estabilização de margens
A/B/C/E	M4.5.	Estabilização de margens com técnicas de engenharia biológica
A/B/C	M4.6.	Conservação de galeria ripícola
A/B/C	M4.7.	Restauro / melhoria de galeria ripícola
A/B/C/E	M4.8.	Valorização de galeria ripícola como corredor ecológico
A/B/C/E	M4.9.	Conservação de zona húmida
A/B/C/E	M4.10.	Restauro / melhoria de zona húmida
A/C	M4.11.	Gestão da captação de água
A/C	M4.12.	Gestão das lagoas e massas de água

Tema	Código	Medidas de gestão
A/B/C	M4.13.	Recuperação do assoreamento
A/B/C	M4.14.	Recuperação da eutrofização
A/B/C	M4.15.	Recuperação da acidificação
A/C/E	M4.16.	Uso para recreio
A/C/E	M4.17.	Pesca de recreio
A/B/C	M4.18.	Restauro de zonas costeiras
C/E	M4.19.	Manutenção / melhoria de zonas balneares
C/E	M4.20	Criação de zonas balneares
A/C	M4.21	Estabilização da linha de costa
A/C	M4.22	Obras de proteção costeira
	M4.23	Outras medidas relacionadas com zonas húmidas
	M5.	Medidas relacionadas com habitats marinhos
	M5.1.	Restauro de habitats marinhos
	M5.2.	Outras medidas relacionadas com habitats marinhos
	M6.	Medidas relacionadas com planeamento espacial
A/C	M6.1.	Criação, reclassificação ou alteração de áreas protegidas
A/B/C/E	M6.2.	Estabelecimento de corredores ecológicos
A/B/C/E	M6.3.	Estabelecimento de áreas de <i>continuum naturale</i>
A/C	M6.4.	Proteção legal para habitats e espécies
A/B/C	M6.5.	Acordos com proprietários de terrenos
A/B/C	M6.6.	Serviços de ecossistemas em áreas da Rede Natura 2000
A/B/C	M6.7.	Serviços de ecossistemas em Áreas Protegidas
A/B/C	M6.8.	Outras medidas relacionadas com a Rede Natura 2000 (ZEC ZPE, SIC)
A/B/C	M6.9.	Gestão de geossítios / elementos de interesse geológico
A/C/E	M6.10.	Gestão de cavidades vulcânicas
A/C/E	M6.11.	Gestão dos elementos singulares da paisagem
A/C/E	M6.12.	Gestão de unidades de paisagem
B/C	M6.13.	Adaptação / abolição de uso militar
B/C	M6.14.	Garantir a compatibilização do Plano de Gestão com os restantes instrumentos de ordenamento do território
A/B/C/D	M6.15.	Mapeamento em GPS e elaboração de relatórios de todas as atividades executadas no âmbito da implementação do Plano de Gestão
A/B/C	M6.16.	Aquisição de terrenos
A/B/C	M6.17.	Aquisição / adaptação / construção de edifícios de apoio à gestão
	M6.18.	Outras medidas de planeamento espacial
	M7.	Medidas relacionadas com gestão de habitats e espécies, caça, recolção e pesca
A/B/C	M7.1.	Gestão da caça
A/D	M7.2.	Caracterização de fauna
A/D	M7.3.	Monitorização de fauna
A/D	M7.4.	Captura de fauna (artrópodes, moluscos, anfíbios, mamíferos)

Tema	Código	Medidas de gestão
A/D/E	M7.5.	Libertação de fauna terrestre
A/D/E	M7.6.	Libertação de avifauna (aves terrestres e marinhas) e fauna marinha
A/D/E	M7.7.	Promoção de condições de nidificação de fauna
A/B/C/E	M7.8.	Gestão de espécies de fauna invasora
A/D/E	M7.9.	Promoção de competição entre espécies de fauna
A/D	M7.10.	Caracterização de flora
A/D	M7.11.	Monitorização de flora
A/D	M7.12.	Estabelecimento de estações florísticas
A/D	M7.13.	Outros estudos suplementares sobre habitats, flora e fauna
A/B/D/E	M7.14.	Plantação ou sementeira de vegetação endémica
A/B/D/E	M7.15.	Plantação ou sementeira de vegetação endémica e nativa
A/B/C/D/E	M7.16.	Erradicação de espécies de vegetação invasora por métodos mecânicos, químicos e manuais
A/B/E	M7.17.	Erradicação de vegetação invasora por métodos manuais e moto-manuais
A/B/C/D/E	M7.18.	Monitorização e gestão de espécies invasoras
A/D	M7.19.	Promoção de competição entre espécies de flora
A/D	M7.20.	Promoção da relação entre fauna e flora
A/D	M7.21.	Promoção de polinização
A/B/C/D/E	M7.22.	Prevenção de poluição genética
A/B/C/D/E	M7.23.	Prevenção de doenças
A/B/C/D/E	M7.24.	Recuperação de habitats
A/B/C/D/E	M7.25.	Recuperação de turfeiras degradadas
A/D	M7.26.	Fomento da sucessão natural
A/B/C/D	M7.27.	Regulamentação e gestão de caça e recolção
A/B/C/D	M7.28.	Regulamentação e gestão de pescas em sistemas límnicos
A/C/D	M7.29.	Regulamentação e gestão de pescas em sistemas de água salobra e salgada
A/C/D	M7.30.	Medidas específicas para uma única espécie ou para um grupo de espécies
A/E	M7.31.	Campanhas de sensibilização ambiental do público, de entidades e parceiros
A/E	M7.32.	Recolha de sementes em banco de sementes (conservação <i>ex-situ</i>).
	M7.33.	Outras medidas relacionadas com gestão de espécies
	M8.	Medidas relacionadas com áreas urbanas, indústria, energia, turismo e transportes
B/C	M8.1.	Gestão de urbanização
B/C	M8.2.	Gestão de urbanização de povoamentos lineares
B/C	M8.3.	Gestão de urbanização de povoamentos concentrados
B/C	M8.4.	Gestão de urbanização de povoamentos dispersos
B/C	M8.5.	Gestão de zonas industriais e comerciais
C/D	M8.6.	Mitigação da poluição do solo
C/D	M8.7.	Mitigação da poluição do ar
C/D	M8.8.	Mitigação da poluição da água

Tema	Código	Medidas de gestão
C/D	M8.9.	Mitigação da poluição sonora
A/B/C/D/E	M8.10.	Estabelecimento / regulação de capacidade de carga humana
A/B/C/D/E	M8.11.	Fiscalização das atividades agrícolas, de pesca, caça e recolção
A/B/C/D/E	M8.12.	Fiscalização das áreas com acesso condicionado ou restrito
B/C	M8.13.	Gestão de empreendimentos turísticos
C	M8.14.	Gestão de zonas portuárias
C	M8.15.	Gestão de zonas aeroportuárias
A/C	M8.16.	Criação de corredores ecológicos em pontes, viadutos e túneis
C	M8.17.	Gestão de lixos industriais e urbanos
C	M8.18.	Gestão de antigos aterros sanitários e lixeiras
A/C/E	M8.19.	Recuperação paisagística de aterros sanitários e lixeiras
A/B/C/E	M8.20.	Recuperação de zonas degradadas por lixeiras ilegais
A/C/D	M8.21.	Gestão específica de sistemas de transporte de energia
A/C	M8.22.	Gestão de linhas de abastecimento elétrico de alta tensão
A/C	M8.23.	Gestão de adutoras de água
A/C	M8.24.	Gestão de redes de drenagem de água
A/B/C/E	M8.25.	Manutenção de trilhos
B/C/E	M8.26.	Sinalização de trilhos
B/C/E	M8.27.	Melhoria do acesso ao trilho
B/C/E	M8.28.	Colocação de placards de informação relevante em trilhos
A/D/E	M8.29.	Sinalização de direções por meio de estacas
A/D/E	M8.30.	Criação de zonas tampão em trilhos
A/E	M8.31.	Melhoria da drenagem de trilhos
A/E	M8.32.	Criação de pontos de paragem em trilhos
A/E	M8.33.	Vedação de troços de trilho
A/E	M8.34.	Abandono de troço de trilho
A/E	M8.35.	Criação de troço de trilho
A/E	M8.36.	Criação de troço de trilho elevado - passadiço aéreo
A/B/C	M8.37.	Limpeza de bermas de estradas e caminhos
A/B/C/D/E	M8.38.	Conservação de habitats e espécies protegidos em bermas de estradas e caminhos
A/B/C	M8.39.	Manutenção / criação de caminhos viários
A/B/C	M8.40.	Criação de condições para BT / pistas cicláveis
C	M8.41.	Restrição de tráfego em via
A/E	M8.42.	Manutenção / melhoria de miradouro
A/E	M8.43.	Criação de miradouro
A/E	M8.44.	Colocação de placard informação e sensibilização dos valores presentes
E	M8.45.	Criação de estacionamento
E	M8.46.	Criação de estacionamento para pessoas de mobilidade reduzida

Tema	Código	Medidas de gestão
E	M8.47.	Adaptação de miradouro a pessoas de mobilidade reduzida
A/E	M8.48.	Abandono de miradouro
E	M8.49.	Criação de equipamento de observação de aves
E	M8.50.	Criação de equipamento de recreio
E	M8.51.	Criação de equipamento de recreio infantil
E	M8.52.	Criação de equipamento desportivo
E	M8.53.	Criação de zona de campismo
E	M8.54.	Criação de centro de interpretação ambiental
E	M8.55.	Criação de trilhos para equitação
E	M8.56.	Adaptação de pistas de veículos motorizados
A/E	M8.57.	Abandono de pistas de veículos motorizados
A/E	M8.58.	Criação de zonas para recreio e desportos de natureza
A/E	M8.59.	Criação de pontos de escalada e coastering
A/E	M8.60.	Criação de troços de canyoning
A/E	M8.61.	Criação de zonas de espeleologia
A/E	M8.62.	Criação de pontos de lançamento de parapente
A/B/C/E	M8.63.	Gestão de lixos
A/B/C/E	M8.64.	Gestão de resíduos provenientes de atividades de remoção de espécies invasoras
A/B/C/E	M8.65.	Conservação / manutenção de elemento arquitetónico de valor cultural
A/B/C/E	M8.66.	Recuperação de elemento arquitetónico de valor cultural
	M8.67.	Outros impactos de atividades humanas
	M8.68.	Gestão de tráfego marinho
	M9.	Medidas relacionadas com uso especial dos recursos
A/B/C	M9.1.	Regulação / Gestão de exploração de extração de inertes
A/B/C	M9.2.	Regulação / Gestão de exploração de pedreiras
A/C	M9.3.	Regulação / Gestão de exploração de extração de inertes em praias
A/B/C	M9.4.	Regulação da extração de turfa
A/B/C/E	M9.5.	Recuperação paisagística de zonas de extração de inertes e pedreiras
	M9.6.	Regulação / Gestão de exploração de recursos naturais marinhos
	M9.7.	Outras medidas de uso de recursos

5. Programa de Execução

5.1. Proposta de intervenção para a Reserva Natural da Serra de Santa Bárbara e dos Mistérios Negros (TER01)

Condicionantes	
Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo	Espaço Natural
	Reserva Florestal Natural
	Zona de Proteção Especial
	Zonas Húmidas
Conservação da Natureza	ZEC PTER0017 Serra de Santa Bárbara e Pico Alto

Unidades Operativas de Gestão	
TER01.01 – Caldeira da Serra de Santa Bárbara	Área de proteção integral e área de intervenção específica (278,40 ha)
TER01.02 – Serra de Santa Bárbara e Mistérios Negros	Área de proteção parcial e áreas de intervenção específica (1308,59 ha)

Elementos de fruição da paisagem	
<i>Trilhos</i>	
PRC01TER Mistérios Negros	Manutenção e beneficiação
PRC03TER Serreta - troço de subida à Lagoinha	Manutenção e beneficiação
Passadiços norte e sul da serra de Santa Bárbara	Criação e manutenção
<i>Miradouros</i>	
TER.M1 Miradouro da Serra de Santa Bárbara 1	Requalificação
TER.M2 Miradouro da Serra de Santa Bárbara 2	Requalificação
TER.M3 Miradouro dos Mistérios Negros - Lagoa do Negro	Manutenção e beneficiação

5.1.1. Objetivos de gestão

OBI. Preservação de habitats, ecossistemas e espécies num estado favorável de conservação, nomeadamente os habitats prioritários: charcos temporários mediterrânicos (3170), charnecas macaronésicas endémicas (4050), turfeiras altas ativas (7110), turfeiras de cobertura (7130), Turfeiras arborizadas (91D0) laurissilvas macaronésicas (9360) e florestas macaronésicas de *Juniperus* spp. (9560), (Anexo I Diretiva Habitats) e as espécies protegidas, de que são exemplo: *Angelica lignescens*,

Erica azorica, *Rumex azoricus*, *Sanicula azorica*, *Euphorbia stygiana* e a espécie prioritária *Lactuca watsoniana* (Anexos II e IV Diretiva Habitats).

OB2. Manutenção dos processos ecológicos.

OB3. Proteção das características estruturais da paisagem, dos elementos geológicos, geomorfológicos e dos afloramentos rochosos.

OB4. Preservação de exemplos do ambiente natural para estudos científicos, monitorização e educação ambiental.

OB5. Conservação das condições naturais de referência aos trabalhos científicos e projetos.

OB6. Definição de limites e condicionamentos ao livre acesso público.

5.1.2. Quadro-resumo das medidas de gestão

Medidas de Gestão					
Unidade Operativa de Gestão	M1- Medidas gerais	M3- Medidas relacionadas com florestas, habitats lenhosos	M4- Medidas relacionadas com zonas húmidas, águas correntes e habitats costeiros	M6- Medidas relacionadas com planeamento espacial	
TER01.01	M1.1.		M4.9.	M6.9.	
TER01.02	M1.1. M1.2.	M3.17.		M6.2. M6.9.	

Medidas de Gestão														
Unidade Operativa de Gestão	M7- Medidas relacionadas com gestão de habitats e espécies, caça, recolção e pesca						M8- Medidas relacionadas com áreas urbanas, indústria, energia, turismo e transportes							
TER01.01	M7.3.	M7.10.	M7.16.	M7.18.	M7.24.	M7.32.					M8.12.	M8.64.		
TER01.02	M7.2.	M7.3.	M7.15.	M7.16.	M7.18.	M7.24.	M7.26.	M7.31.	M7.32.	M8.25.	M8.36.	M8.44.	M8.47.	M8.64.

5.1.3. Medidas de gestão

Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
TER01.01	Área de proteção integral e área de intervenção específica	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M4.9.	Conservação das zonas de turfeira.
		M6.9.	Monitorização do geossítio e elementos de interesse geológico.
		M7.3.	Monitorização da fauna de artrópodes, com especial incidência o <i>Trechus terrabravensis</i> .
		M7.10.	Caracterização das espécies protegidas de flora e das manchas de habitats protegidos.
		M7.16.	Controlo de espécies de vegetação invasora por métodos mecânicos, químicos e manuais.
		M7.18.	Caracterização e erradicação de novas espécies invasoras.
		M7.24.	Melhoria da qualidade do habitat do artrópode endémico <i>Trechus terrabravensis</i> , através da remoção manual e controlo de espécies invasoras.
		M7.32.	Recolha de sementes em banco de sementes (conservação <i>ex-situ</i>).
		M8.12.	Fiscalização das áreas com acesso condicionado ou restrito (caldeira).
M8.64	Gestão no local dos resíduos provenientes das atividades de remoção das espécies invasoras.		
TER01.02	Área de proteção parcial e áreas de intervenção específica	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M1.2.	Gestão e monitorização das cavidades vulcânicas protegidas – gruta do Natal.
		M3.17.	Gestão florestal adaptada à conservação da natureza.
		M6.2.	Estabelecimento de corredor ecológico com a renaturalização da área da Lagoa do Negro criando uma ligação entre Santa Bárbara e a Terra Brava.
		M6.9.	Monitorização do geossítio e elementos de interesse geológico.
		M7.2.	Caracterização da fauna (artrópodes).
		M7.3.	Monitorização das espécies <i>Columba palumbus azorica</i> e outras aves, <i>Nyctalus azoreum</i> e de artrópodes, com especial incidência no <i>Trechus terrabravensis</i> .
		M7.15.	Plantação e sementeira de vegetação endémica e nativa para restauro ecológico de habitats.
M7.16.	Controlo de espécies de vegetação invasora, nomeadamente <i>Hedychium gardnerianum</i> , <i>Rubus ulmifolius</i> ,		

Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
			<i>Ulex europaeus</i> L. subsp. <i>europaeus</i> e <i>Acacia melanoxylon</i> e <i>Pittosporum undulatum</i> .
		M7.18.	Caracterização e erradicação de novas espécies invasoras.
		M7.24.	Melhoria da qualidade do habitat do artrópode endémico <i>Trechus terrabravensis</i> , através da remoção manual e controlo de espécies invasoras. Restauro do habitat do vale da ribeira dos Gatos constituído por uma floresta laurifolia e turfeiras arborizadas (habitats prioritários) através do controlo da espécie invasora <i>Pittosporum undulatum</i> .
		M7.26.	Fomento da sucessão natural através do corte de <i>Cryptomeria japonica</i> e erradicação de espécies de flora invasora.
		M7.31.	Campanhas de sensibilização do público, de entidades e parceiros.
		M7.32.	Recolha de sementes em banco de sementes (conservação <i>ex-situ</i>).
		M8.25.	Manutenção do trilho PRC01TER Mistérios Negros e de troço do trilho PRC03TER Serreta.
		M8.36.	Criação de troços de trilhos elevados - passadiços aéreos para miradouro com vista para a caldeira da Serra de Santa Bárbara.
		M8.44.	Colocação de placards informação e sensibilização dos valores presentes na zona de passadiços e miradouros na Serra de Santa Bárbara.
		M8.47.	Melhoria e adaptação de miradouros a pessoas de mobilidade reduzida na Serra de Santa Bárbara.
		M8.64.	Gestão de resíduos provenientes das atividades de remoção das espécies invasoras.

5.2. Proposta de intervenção para a Reserva Natural do Biscoito da Ferraria e Pico Alto (TER02)

Condicionantes	
Plano Diretor Municipal da Praia da Vitória	Áreas de Máxima Infiltração
	Área pertencente à Lista Nacional de Sítios/Açores
	Espaços Florestais
	Espaços Naturais
Conservação da Natureza	Sítio Ramsar 1805 - Planalto Central da Terceira (Furnas do Enxofre e Algar do Carvão)
	ZEC PTER0017 Serra de Santa Bárbara e Pico Alto

Unidades Operativas de Gestão	
TER02.01 – Biscoito da Ferraria e Pico Alto	Área de proteção parcial e áreas de intervenção específica (708,24 ha)

Elementos de fruição da paisagem	
<i>Trilhos</i>	
PRC06TER Rocha do Chambre – troço do trilho	Manutenção e beneficiação
<i>Miradouros</i>	
TER.M4 Miradouro da Rocha do Chambre	Manutenção e beneficiação
TER.M15 Miradouro do Pico Alto	Manutenção e beneficiação

5.2.1. Objetivos de gestão

OB1. Preservação de habitats, ecossistemas e espécies num estado favorável de conservação, nomeadamente os habitats prioritários charnecas macaronésicas endémicas (4050), turfeiras altas ativas (7110), turfeiras de cobertura (7130), Turfeiras arborizadas (91DO) laurissilvas macaronésicas (9360) e florestas macaronésicas de *Juniperus spp.* (9560) (Anexo I Diretiva Habitats), e as espécies protegidas, de que são exemplo: *Ammi trifoliatum*, *Angelica lignescens*, *Frangula azorica*, *Isoetes azorica*, *Sanicula azorica*, *Vandesboschia speciosa* (sin. *Trichomanes speciosum*) e a espécie prioritária *Lactuca watsoniana* (Anexos II e IV Diretiva Habitats).

OB2. Manutenção dos processos ecológicos que permitem a presença de zonas húmidas de importância internacional, nomeadamente os charneças macaronésias endémicas e turfeiras arborizadas e não arborizadas.

OB3. Proteção das características estruturais da paisagem, dos elementos geológicos, geomorfológicos e dos afloramentos rochosos.

OB4. Preservação de exemplos do ambiente natural para estudos científicos, monitorização e educação ambiental.

OB5. Conservação das condições naturais de referência aos trabalhos científicos e projetos.

OB6. Definição de limites e condicionamentos ao livre acesso público.

5.2.2. Quadro-resumo das medidas de gestão

Medidas de Gestão									
Unidade Operativa de Gestão	M1- Medidas gerais			M2- Medidas relacionadas com a agricultura e habitats abertos			M6- Medidas relacionadas com planeamento espacial		
TER02.01	M1.1.			M2.9.	M2.10.		M6.2.	M6.3.	M6.9.

Medidas de Gestão													
Unidade Operativa de Gestão	M7- Medidas relacionadas com gestão de habitats e espécies, caça, recolção e pesca										M8- Medidas relacionadas com áreas urbanas, indústria, energia, turismo e transportes		
TER02.01	M7.2.	M7.3.	M7.11.	M7.13.	M7.16.	M7.18.	M7.24.	M7.26.	M7.32.	M7.33.	M8.25.	M8.44.	M8.64.

5.2.3. Medidas de gestão

Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
TER02.01	Área de proteção parcial e áreas de intervenção específica	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M2.9.	Vedação de terrenos.
		M2.10.	Construção de cancelas e outros dispositivos de limitação do gado.
		M6.2.	Estabelecimento de corredor ecológico entre as Furnas do Enxofre e o Biscoito Rachado.
		M6.3.	Estudo da viabilidade de estabelecimento de área de <i>continuum naturale</i> de ligação a área protegida para a gestão de habitats e espécies da Costa das Quatro Ribeiras (TER 10).
		M6.9.	Monitorização do geossítio e elementos de interesse geológico.
		M7.2.	Caracterização de fauna.
		M7.3.	Monitorização de fauna.
		M7.11.	Monitorização de flora invasora, particularmente nas bermas e taludes de caminhos.
		M7.13.	Restauro experimental das encostas de depósitos da Rocha do Juncal e da Vinagreira com o controlo de espécies exóticas invasoras e restauro de populações de espécies raras (<i>Lactuca watsoniana</i> , <i>Ammi trifoliatum</i> e <i>Sanicula azorica</i>).
		M7.16.	Controlo das principais invasoras: <i>Hedychium gardenerianum</i> , <i>Hydrangea macrophylla</i> , <i>Rubus ulmifolius</i> e <i>Acacia melanoxylon</i> . Prioridade na erradicação sempre que as invasoras compitam com habitats e espécies protegidos.
		M7.18.	Caracterização e erradicação de novas espécies invasoras.
		M7.24.	Restauro de habitats protegidos (matos macaronésicos, floresta laurifolia e turfeiras florestadas) por alteração de uso de antigas parcelas com <i>Eucalyptus nitens</i> e <i>Cryptomeria japonica</i> .
		M7.26.	Fomento da sucessão natural através da erradicação de espécies invasoras.
		M7.32.	Recolha de sementes em banco de sementes (conservação <i>ex-situ</i>).
		M7.33.	Controlo da presença do gado caprino.
		M8.25.	Manutenção de troço do trilho PRC06TER Rocha do Chambre.
M8.44.	Colocação de placas informativas para sensibilizar para os valores presentes.		
M8.64.	Gestão dos resíduos provenientes das atividades de remoção das espécies invasoras.		

5.3. Proposta de intervenção para a Reserva Natural da Terra Brava e Criação das Lagoas (TER03)

Condicionantes	
Plano Diretor Municipal da Praia da Vitória	Área pertencente à Lista Nacional de Sítios dos Açores
	Espaços Agrícolas
	Espaços Florestais
	Espaços Naturais
Conservação da Natureza	Sítio Ramsar 1805 - Planalto Central da Terceira (Furnas do Enxofre e Algar do Carvão)
	ZEC PTTER0017 Serra de Santa Bárbara e Pico Alto

Unidades Operativas de Gestão	
TER03.01 – Terra Brava e Criação das Lagoas	Área de proteção parcial e áreas de intervenção específica (368,91 ha)

Elementos de fruição da paisagem	
<i>Miradouros</i>	
TER.M5 Miradouro da Terra Brava	Manutenção e beneficiação

5.3.1. Objetivos de gestão

OB1. Preservação de habitats, ecossistemas e espécies num estado favorável de conservação, nomeadamente os habitats prioritários charnecas macaronésicas endémicas (4050), turfeiras altas ativas (7110), turfeiras de cobertura (7130), Turfeiras arborizadas (91DO) laurissilvas macaronésicas (9360) (Anexo I Diretiva Habitats) e as espécies protegidas, de que são exemplo: *Arceuthobium azoricum*, *Frangula azorica*, *Picconia azorica*, *Sanicula azorica*, *Vandesboschia speciosa* (sin. *Trichomanes speciosum*) e a espécie prioritária *Lactuca watsoniana* (Anexos II e IV Diretiva Habitats).

OB2. Manutenção dos processos ecológicos que permitem a presença de habitats protegidos.

OB3. Proteção das características estruturais da paisagem, dos elementos geológicos, geomorfológicos e dos afloramentos rochosos.

OB4. Preservação de exemplos do ambiente natural para estudos científicos, monitorização e educação ambiental.

OB5. Conservação das condições naturais de referência aos trabalhos científicos e projetos.

OB6. Definição de limites e condicionamentos ao livre acesso público.



5.3.2. Quadro-resumo das medidas de gestão

Medidas de Gestão								
Unidade Operativa de Gestão	M1- Medidas gerais		M2- Medidas relacionadas com a agricultura e habitats abertos			M6- Medidas relacionadas com planeamento espacial		
TER03.01	M1.1.		M2.9.	M2.10.		M6.2.	M6.3.	M6.16.

Medidas de Gestão												
Unidade Operativa de Gestão	M7- Medidas relacionadas com gestão de habitats e espécies, caça, recolção e pesca											M8- Medidas relacionadas com áreas urbanas, indústria, energia, turismo e transportes
TER03.01	M7.2.	M7.3.	M7.8.	M7.10.	M7.11.	M7.16.	M7.18.	M7.24.	M7.31.	M7.32.	M7.33.	M8.64.

5.3.3. Medidas de gestão

Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
TER03.01	Área de proteção parcial e áreas de intervenção específica	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M2.9.	Vedação de terrenos.
		M2.10.	Construção de cancelas e outros dispositivos de limitação do gado.
		M6.2.	Estabelecimento de corredores ecológicos.
		M6.3.	Estudo da viabilidade de estabelecimento de área de <i>continuum naturale</i> de ligação a área protegida para a gestão de habitats e espécies do Biscoito das Fontinhas (TER 09).
		M6.16.	Aquisição de terreno na Terra Brava para maximizar o efeito de proteção das zonas tampão.
		M7.2.	Caracterização da fauna.
		M7.3.	Monitorização da fauna de artrópodes, com especial incidência no <i>Trechus terrabravensis</i> .
		M7.8.	Gestão de espécies de fauna invasora.
		M7.10.	Levantamento das espécies de flora protegida.
		M7.11.	Monitorização da flora endémica e protegida.
		M7.16.	Controlo de espécies de vegetação invasora (<i>Hedychium gardneranum</i>).
		M7.18.	Caracterização e erradicação de novas espécies invasoras.
		M7.24.	Melhoria da qualidade do habitat do artrópode endémico <i>Trechus terrabravensis</i> , através da remoção manual e controlo de espécies invasoras.
		M7.31.	Campanhas de sensibilização ambiental do público, de entidades e parceiros.
		M7.32.	Recolha de sementes em banco de sementes (conservação <i>ex-situ</i>).
M7.33.	Controlo da presença do gado caprino.		
M8.64.	Gestão dos resíduos provenientes das atividades de remoção das espécies invasoras.		

5.4. Proposta de intervenção para o Monumento Natural do Algar do Carvão (TER04)

Condicionantes	
Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo	Zona de Proteção Especial
	Zonas Húmidas
Plano Diretor Municipal da Praia da Vitória	Área pertencente à Lista Nacional de Sítios dos Açores
	Espaços Naturais
Conservação da Natureza	Sítio Ramsar 1805 -Planalto Central da Terceira (Furnas do Enxofre e Algar do Carvão)
	ZEC PTTER0017 Serra de Santa Bárbara e Pico Alto
Plano de Atividades Extrativas	Área de extração de massas minerais consolidada abandonada
	Área de integração ambiental e paisagística

Unidades Operativas de Gestão	
TER04.01 – Algar do Carvão e área envolvente	Área de proteção parcial e área de intervenção específica (39,30 ha)

Elementos de fruição da paisagem	
<i>Centros Ambientais</i>	
Centro de Receção e Interpretação Ambiental do Algar do Carvão	Construção de novo centro

5.4.1. Objetivos de gestão

OB1. Proteger e preservar um elemento natural de grande valor geológico pela sua significância, singularidade e qualidade representativa, destacando-se a profusão de formações siliciosas muito desenvolvidas, de ocorrência rara em vulcanismo oceânico e ocorrência de endemismos de fauna cavernícola.

OB2. Promover oportunidades de pesquisa, educação, interpretação e apreciação pública.

OB3. Eliminar ou prevenir tipos de exploração ou ocupação que possam constituir ameaça para os valores que determinam a classificação como Monumento Natural por meio da revisão do modelo de visitação implementado.

5.4.2. Quadro-resumo das medidas de gestão

Medidas de Gestão			
Unidade Operativa de Gestão	M1- Medidas gerais		M6- Medidas relacionadas com planeamento espacial
TER04.01	M1.1.	M1.2.	M6.9.

Medidas de Gestão							
Unidade Operativa de Gestão	M7- Medidas relacionadas com gestão de habitats e espécies, caça, recolção e pesca					M8- Medidas relacionadas com áreas urbanas, indústria, energia, turismo e transportes	
TER04.01	M7.11.	M7.13.	M7.16.	M7.18.	M7.31.	M8.10.	M8.54.

5.4.3. Medidas de gestão

Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
TER04.01	Área de proteção parcial	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M1.2.	Gestão e monitorização da cavidade vulcânica protegida – Algar do Carvão
		M6.9.	Monitorização do geossítio e elementos de interesse geológico.
		M7.11.	Monitorização da vegetação existente na envolvente da cavidade vulcânica.
		M7.13.	Estudos suplementares sobre fauna cavernícola e artrópodes, fungos e bactérias. Monitorização dos efeitos dos visitantes na cavidade vulcânica.
		M7.16.	Controlo de invasoras, prioridade na erradicação sempre que as invasoras compitam com habitats e espécies protegidos e que afetem os terrenos circundantes.
		M7.18.	Levantamento e erradicação de novas espécies invasoras.
		M7.31.	Campanhas de sensibilização ambiental do público, de entidades e parceiros.
		M8.10.	Estabelecimento/regulação de capacidade de carga humana.
		M8.54.	Construção de um novo centro (Centro de Interpretação e Apoio à Visitação do Algar do Carvão).

5.5. Proposta de intervenção para o Monumento Natural das Furnas do Enxofre (TER05)

Condicionantes	
Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo	Zonas Húmidas
Plano Diretor Municipal da Praia da Vitória	Áreas Fumarólicas
	Espaços Florestais
Conservação da Natureza	Sítio Ramsar 1805 -Planalto Central da Terceira (Furnas do Enxofre e Algar do Carvão)
Plano de Atividades Extrativas	Plano de Atividades Extrativas
	Área de integração ambiental e paisagística

Unidades Operativas de Gestão	
TER05.01 – Campo fumarólico	Área de proteção integral (1,13 ha)
TER05.02 – Área do Monumento Natural	Área de proteção parcial (12,37 ha)

Elementos de fruição da paisagem	
Trilhos	
Circuito de visitação	Manutenção e beneficiação

5.5.1. Objetivos de gestão

OB1. Proteger e preservar um elemento natural de grande valor geológico pela sua significância, singularidade e qualidade representativa, destacando-se a presença de fen menos de vulcanismo secundário, com emissão de gases sulfurados, associados à presença de espécies, habitats e ecossistemas protegidos.

OB2. Promover oportunidades de pesquisa, educação, interpretação e apreciação pública.

OB3. Eliminar ou prevenir tipos de exploração ou ocupação que possam constituir ameaça para os valores que determinam a classificação como Monumento Natural por meio da revisão do modelo de visitação implementado.

5.5.2. Quadro-resumo das medidas de gestão

Medidas de Gestão						
Unidade Operativa de Gestão	M1- Medidas gerais		M2- Medidas relacionadas com a agricultura e habitats abertos			M6- Medidas relacionadas com planeamento espacial
TER05.01	M1.1.					M6.9.
TER05.02	M1.1.		M2.9.	M2.10.	M2.17.	M6.9.

Medidas de Gestão								
Unidade Operativa de Gestão	M7- Medidas relacionadas com gestão de habitats e espécies, caça, recolção e pesca						M8- Medidas relacionadas com áreas urbanas, indústria, energia, turismo e transportes	
TER05.01	M7.10.	M7.11.	M7.13.	M7.16.	M7.18.	M7.31.	M8.64.	
TER05.02	M7.10.	M7.11.	M7.15.	M7.16.	M7.18.	M7.31.	M8.25.	M8.64.

5.5.3. Medidas de gestão

Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
TER05.01	Área de proteção integral	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M6.9.	Monitorização do geossítio e elementos de interesse geológico.
		M7.10.	Caracterização da vegetação existente.
		M7.11.	Monitorização da vegetação existente.
		M7.13.	Monitorização dos efeitos dos visitantes.
		M7.16.	Erradicação de invasoras.
		M7.18.	Identificação e erradicação de novas espécies invasoras.
		M7.31.	Campanhas de sensibilização ambiental do público, de entidades e parceiros
		M8.64.	Gestão de resíduos provenientes das atividades de promoção de espécies invasoras
TER05.02	Área de proteção parcial	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M2.9.	Manutenção da vedação de limite do monumento natural.
		M2.10.	Manutenção da cancela de limitação do gado.
		M2.17	Recuperação e melhoria de muros e muretes em pedra
		M6.9.	Monitorização do geossítio e elementos de interesse geológico.
		M7.10.	Caracterização da vegetação existente.
		M7.11.	Monitorização da vegetação existente.
		M7.15.	Plantação e sementeira de vegetação endémica e nativa.
		M7.16.	Controlo de espécies de vegetação invasoras.
		M7.18.	Identificação e erradicação de novas espécies invasoras.
		M7.31.	Campanhas de sensibilização ambiental do público, de entidades e parceiros.
		M8.25.	Manutenção do circuito de visitação.
		M8.64.	Gestão de resíduos provenientes das atividades de remoção de espécies invasoras.

5.6. Proposta de intervenção para a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Ponta das Contendas (TER06)

Condicionantes	
Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo	Espaços de Indústria Extrativa
	Espaços Naturais
	Falésias
	Faróis
	Zona de Proteção Especial
	Zonas de Risco de Erosão
Conservação da Natureza	IBA PT067 Contendas
	ZPE PTZPE0031 Ponta das Contendas
Plano de Ordenamento de Orla Costeira	Áreas de Especial Interesse Ambiental
	Reserva Agrícola Regional
	Reserva Ecológica

Unidades Operativas de Gestão	
TER06.01 – Ilhéus	Áreas de proteção integral (1,86 ha)
TER06.02 – Zona costeira	Área prioritária para a conservação (27,27 ha)
TER06.03 – Contendas	Área de uso sustentável de recursos (65,05 ha)

Elementos de fruição da paisagem	
<i>Trilhos</i>	
PR05TER Fortes de São Sebastião – troço do trilho	Manutenção e beneficiação
<i>Miradouros</i>	
TER.M6 Miradouro da Ponta das Contendas	Manutenção e beneficiação

5.6.1. Objetivos de gestão

OB1. Assegurar as condições de referência dos habitats necessárias à proteção de espécies significantes, grupos de espécies, comunidades bióticas ou características físicas do ambiente, sempre que estas necessitem de intervenção humana para a otimização da gestão.

OB2. Promover a investigação científica e a monitorização ambiental como atividades indispensáveis à gestão sustentável, com particular enfoque nas aves prioritárias nidificantes *Calonectris borealis*, *Sterna dougallii* e *Sterna hirundo* (Anexo I Diretiva Aves) e no mamífero endémico *Nyctalus azoreum* (Anexo IV Diretiva Habitats).

OB3. Criar e delimitar áreas destinadas ao conhecimento e divulgação das características dos habitats a proteger, nomeadamente o habitat prioritário charnecas macaronésicas endémicas (4050) e os habitats vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré (1210) e falésias com flora endémica das costas macaronésicas (1250) (Anexo I Diretiva Habitats).

OB4. Disciplinar os usos e atividades que possam constituir ameaça à sustentabilidade de habitats ou espécies.

OB5. Permitir que a população local usufrua de benefícios que resultem da prática de atividades no âmbito da área protegida, desde que compatíveis com os objetivos da mesma, nomeadamente atividades de recreio, lazer e turísticas.

5.6.2. Quadro-resumo das medidas de gestão

Medidas de Gestão								
Unidade Operativa de Gestão	M1- Medidas gerais	M7- Medidas relacionadas com gestão de habitats e espécies, caça, recolção e pesca						
TER06.01	M1.1.	M7.3.	M7.11.	M7.14.	M7.16.	M7.24.	M7.30.	M7.31.
TER06.02	M1.1.	M7.3.	M7.11.	M7.18.	M7.30.	M7.31.		
TER06.03	M1.1.	M7.3.	M7.30.	M7.31.				

Medidas de Gestão		
Unidade Operativa de Gestão	M8- Medidas relacionadas com áreas urbanas, indústria, energia, turismo e transportes	M9- Medidas relacionadas com uso especial dos recursos
TER06.01		
TER06.02	M8.25. M8.64.	
TER06.03	M8.25.	M9.5.

5.6.3. Medidas de gestão

Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
TER06.01	Áreas de proteção integral	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M7.3.	Monitorização de aves prioritárias <i>Calonectris borealis</i> , <i>Sterna dougallii</i> e <i>Sterna hirundo</i> .
		M7.11.	Monitorização de flora em toda a área.
		M7.14.	Plantação ou sementeira de vegetação nativa e endémica (típicas da zona costeira) para prevenir/retardar a erosão do solo e criar um habitat convidativo à nidificação de espécies protegidas de aves marinhas.
		M7.16.	Controlo das principais invasoras. Prioridade na erradicação sempre que as invasoras compitam com habitats e espécies protegidos e que afetem o habitat de nidificação e alimentação de aves.
		M7.24.	Recuperação de habitats de nidificação das espécies <i>Sterna dougallii</i> e <i>Sterna hirundo</i> .
		M7.30.	Medidas específicas para colónias nidificantes de aves marinhas. Proteção através de controlo de predadores (aves, roedores e outros mamíferos) que afetam as colónias de garajaus e cagarros.
TER06.02	Área prioritária para a conservação	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M7.3.	Monitorização de aves prioritárias <i>Calonectris borealis</i> , <i>Sterna dougallii</i> e <i>Sterna hirundo</i> .
		M7.11.	Monitorização da flora endémica.
		M7.18.	Monitorização e gestão de espécies invasoras.
		M7.30.	Medidas específicas para colónias nidificantes de aves marinhas. Proteção através de controlo de predadores (aves, roedores e outros mamíferos) que afetam as colónias de garajaus e cagarros.
		M7.31.	Campanhas de sensibilização ambiental do público, entidades e parceiros para os valores presentes nas unidades operativas de gestão.
		M8.25.	Manutenção de troço do trilho PR05TER Fortes de São Sebastião.
TER06.03	Área de uso sustentável de recursos	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M7.3.	Monitorização de aves prioritárias <i>Calonectris borealis</i> , <i>Sterna dougallii</i> e <i>Sterna hirundo</i> .
		M7.30.	Medidas específicas para colónias nidificantes de aves marinhas. Proteção através de controlo de predadores (aves,

Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
			roedores e outros mamíferos) que afetam as colónias de garajaus e cagarros.
		M7.31.	Campanhas de sensibilização ambiental do público, entidades e parceiros para os valores presentes nas unidades operativas de gestão.
		M8.25.	Manutenção de troço do trilho PR05TER Fortes de São Sebastião.
		M9.5.	Fomentar a recuperação paisagística de zonas de extração de inertes.

5.7. Proposta de intervenção para a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies dos Ilhéus das Cabras (TER07)

Condicionantes	
Conservação da Natureza	IBA PT081 Ilhéu das Cabras
	ZPE PTZPE0032 Ilhéu das Cabras
Plano de Ordenamento de Orla Costeira	Áreas de Especial Interesse Ambiental
	Linha Costeira
	Reserva Ecológica

Unidades Operativas de Gestão	
TER07.01 – Ilhéus das Cabras	Área prioritária para a conservação (28,18 ha)

5.7.1. Objetivos de gestão

OB1. Assegurar as condições de referência dos habitats necessárias à proteção de espécies significantes, grupos de espécies, comunidades bióticas ou características físicas do ambiente, sempre que estas necessitem de intervenção humana para a otimização da gestão.

OB2. Promover a investigação científica e a monitorização ambiental como atividades indispensáveis à gestão sustentável, com particular enfoque nas aves prioritárias nidificantes *Calonectris borealis*, *Sterna dougallii* e *Sterna hirundo* (Anexo I Diretiva Aves).

OB3. Criar e delimitar áreas destinadas ao conhecimento e divulgação das características dos habitats a proteger.

OB4. Disciplinar os usos e atividades que possam constituir ameaça à sustentabilidade de *habitats* ou espécies.

OB5. Permitir que a população local usufrua de benefícios que resultem da prática de atividades no âmbito da área protegida, desde que compatíveis com os objetivos da mesma.

5.7.2. Quadro-resumo das medidas de gestão

Medidas de Gestão					
Unidade Operativa de Gestão	M1- Medidas gerais	M6- Medidas relacionadas com planeamento espacial	M7- Medidas relacionadas com gestão de habitats e espécies, caça, recolção e pesca		
TER07.01	M1.1.	M6.9.	M7.3.	M7.30.	

5.7.3. Medidas de gestão

Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
TER07.01	Área prioritária para a conservação	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M6.9.	Monitorização do geossítio e elementos de interesse geológico.
		M7.3.	Monitorização de aves prioritárias <i>Sterna dougallii</i> e <i>Sterna hirundo</i> .
		M7.30.	Estudar a viabilidade de implementação de medidas específicas para colónias nidificantes de aves marinhas. Proteção através de controle de predadores (aves e roedores) que afetam as colónias de garajaus e cagarros.



5.8. Proposta de intervenção para a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Matela (TER08)

Condicionantes	
Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo	Espaço Natural

Unidades Operativas de Gestão	
TER08.01 – Matela	Área de proteção parcial (27,57 ha)

5.8.1. Objetivos de gestão

OB1. Assegurar as condições de referência dos habitats necessárias à proteção de espécies significantes, grupos de espécies, comunidades bióticas ou características físicas do ambiente, sempre que estas necessitem de intervenção humana para a otimização da gestão.

OB2. Promover a investigação científica e a monitorização ambiental como atividades indispensáveis à gestão sustentável, com particular enfoque nas espécies de fauna endémica, nomeadamente, o mamífero *Nyctalus azoreum* (Anexo IV Diretiva Habitats) e os artrópodes *Acorigone acorensis*, *Argyresthia atlanticella*, *Ascotis fortunata azorica*, *Athous azoricus*, *Atlantocis gellerforsi*, *Cixius azoterceirae*, *Cyclophora azorensis*, *Damaeus pomboi*, *Lasaeola oceanica*, *Lepthyphantes acorensis*, *Steganacarus hirsutus azorensis* e *Trigoniophthalmus borgesii*.

OB3. Criar e delimitar áreas destinadas ao conhecimento e divulgação das características dos habitats a proteger, nomeadamente os habitats prioritários laurissilvas macaronésicas (9360) e charnecas macaronésicas (4050) (Anexo I Diretiva Habitats).

OB4. Disciplinar os usos e atividades que possam constituir ameaça à sustentabilidade de *habitats* ou espécies.

OB5. Permitir que a população local usufrua de benefícios que resultem da prática de atividades no âmbito da área protegida, desde que compatíveis com os objetivos da mesma.

5.8.2. Quadro-resumo das medidas de gestão

Medidas de Gestão			
Unidade Operativa de Gestão	M1- Medidas gerais	M2- Medidas relacionadas com a agricultura e habitats abertos	M3- Medidas relacionadas com florestas, habitats lenhosos
TER08.01	M1.1.	M2.2.	M3.17.

Medidas de Gestão						
Unidade Operativa de Gestão	M7- Medidas relacionadas com gestão de habitats e espécies, caça, recolção e pesca					M8- Medidas relacionadas com áreas urbanas, indústria, energia, turismo e transportes
TER08.01	M7.3.	M7.11.	M7.14.	M7.16.	M7.32.	M8.64.

5.8.3. Medidas de gestão

Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
TER08.01	Área de proteção parcial	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M2.2.	Modificação de práticas culturais.
		M3.17.	Gestão florestal adaptada à conservação da natureza com remoção de espécies de flora invasoras e plantação de espécies endémicas.
		M7.3.	Monitorização da espécie prioritária <i>Nyctalus azoreum</i> .
		M7.11.	Monitorização da flora endémica.
		M7.14.	Plantação e/ou sementeira de vegetação endémica característica da zona da Matela.
		M7.16.	Controlo de espécies de vegetação invasora por métodos mecânicos, químicos e manuais.
		M7.32.	Recolha de sementes em banco de sementes (<i>ex-situ</i>).
		M8.64.	Gestão de resíduos provenientes de atividades de remoção de espécies invasoras.

5.9. Proposta de intervenção para a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Biscoito das Fontinhas (TER09)

Condicionantes	
Plano Diretor Municipal da Praia da Vitória	Espaços Florestais
Perímetro Florestal	Núcleo Florestal das Fontinhas

Unidades Operativas de Gestão	
TER09.01 – zona a sul e nascente	Área de proteção parcial (66,46 ha)
TER09.02 – zona a norte e poente	Área de proteção complementar (38,60 ha)

Elementos de fruição da paisagem	
Trilho	
PEC08TER Relheiras de São Brás	Manutenção e beneficiação

5.9.1. Objetivos de gestão

OB1. Assegurar as condições de referência dos habitats necessárias à proteção de espécies significantes, grupos de espécies, comunidades bióticas ou características físicas do ambiente, sempre que estas necessitem de intervenção humana para a otimização da gestão.

OB2. Promover a investigação científica e a monitorização ambiental como atividades indispensáveis à gestão sustentável, com particular enfoque nos artrópodes endémicos *Tarphius azoricus*, *Cixius azoterceirae*, *Galumna azoreana*, *Liacarus angustatus*, *Nothrus palustris azorensis*, *Parachipetria floresiana*, *Steganacarus hirsutus azorensis* e *Elipsocus azoricus*.

OB3. Criar e delimitar áreas destinadas ao conhecimento e divulgação das características dos habitats a proteger, nomeadamente o habitat prioritário charnecas macaronésicas endémicas (4050) (Anexo I Diretiva Habitats).

OB4. Disciplinar os usos e atividades que possam constituir ameaça à sustentabilidade de habitats ou espécies.

OB5. Permitir que a população local usufrua de benefícios que resultem da prática de atividades no âmbito da área protegida, desde que compatíveis com os objetivos da mesma, nomeadamente atividades de recreio, lazer e turísticas.

5.9.2. Quadro-resumo das medidas de gestão

Medidas de Gestão						
Unidade Operativa de Gestão	M1- Medidas gerais	M3- Medidas relacionadas com florestas, habitats lenhosos	M6- Medidas relacionadas com planeamento espacial	M7- Medidas relacionadas com gestão de habitats e espécies, caça, recolção e pesca		
TER09.01	M1.1.	M3.17.	M6.3.	M7.3.	M7.11.	M7.31.
TER09.02	M1.1.	M3.17.		M7.3.	M7.11.	M7.31.

Medidas de Gestão	
Unidade Operativa de Gestão	M8- Medidas relacionadas com áreas urbanas, indústria, energia, turismo e transportes
TER09.01	M8.25.
TER09.02	

5.9.3. Medidas de gestão

Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
TER09.01	Área de proteção parcial	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M3.17.	Gestão florestal adaptada à conservação da natureza com a manutenção do habitat prioritário charneca macaronésica endémica (4050).
		M6.3.	Estudo da viabilidade de estabelecimento de área de <i>continuum naturale</i> de ligação à reserva natural da Terra Brava e Criação das Lagoas (TER03).
		M7.3.	Monitorização da fauna de artrópodes.
		M7.11.	Monitorização da flora endémica.
		M7.31.	Campanhas de sensibilização ambiental do público, entidades e parceiros para os valores presentes na unidade operativa de gestão.
		M8.25.	Manutenção do trilho PEC08TER Relheiras de São Brás.
TER09.02	Área de proteção complementar	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M3.17.	Gestão florestal adaptada à conservação da natureza com a manutenção do habitat prioritário charneca macaronésica endémica (4050).
		M7.3.	Monitorização da fauna de artrópodes.
		M7.11.	Monitorização da flora endémica.
		M7.31.	Campanhas de sensibilização ambiental do público, entidades e parceiros para os valores presentes na unidade operativa de gestão.

5.10. Proposta de intervenção para a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Costa das Quatro Ribeiras (TER10)

Condicionantes	
Plano Diretor Municipal da Praia da Vitória	Área de Arribas e Falésias
	Área pertencente à Lista Nacional de Sítios/Açores
	Domínio Público Marítimo
	Espaço Natural
	Zona Costeira
Conservação da Natureza	IBA PT066 Raminho – Pesqueiro Velho
	ZEC PTER0018 Costa das Quatro Ribeiras
Plano de Ordenamento da Orla Costeira	Área de Zona de Proteção de Arriba
	Áreas de Especial Interesse Ambiental
	Linha Costeira
	Reserva Ecológica

Unidades Operativas de Gestão	
TER10.01 – Zonas costeira e de falésia	Área prioritária para a conservação (51,07 ha)
TER10.02 – Fajã da Alagoa	Área de uso sustentável de recursos (6,22 ha)

Elementos de fruição da paisagem	
<i>Trilhos</i>	
PCR02TER Baías da Aqualva	Manutenção e beneficiação
<i>Miradouros</i>	
TER.M7 Miradouro da costa da Aqualva	Manutenção
TER.M8 Miradouro da Fajã da Alagoa 1	Manutenção
TER.M9 Miradouro da costa das Quatro Ribeiras	Manutenção
TER.MP1 Miradouro da Fajã da Alagoa 2	Miradouro proposto

5.10.1. Objetivos de gestão

OB1. Assegurar as condições de referência dos habitats necessárias à proteção de espécies significantes, grupos de espécies, comunidades bióticas ou características

físicas do ambiente, sempre que estas necessitem de intervenção humana para a otimização da gestão.

OB2. Promover a investigação científica e a monitorização ambiental como atividades indispensáveis à gestão sustentável, com particular enfoque para as espécies prioritárias de aves: *Calonectris borealis*, *Sterna dougalli* e *Sterna hirundo* (Anexo I Diretiva Aves) e para a espécie prioritária de flora *Azorina vidalli* (Anexo II e IV Diretiva Habitats).

OB3. Criar e delimitar áreas destinadas ao conhecimento e divulgação das características dos habitats a proteger, nomeadamente o habitat prioritário charnecas macaronésicas endémicas (4050) (Anexo I Diretiva Habitats).

OB4. Disciplinar os usos e atividades que possam constituir ameaça à sustentabilidade de habitats ou espécies.

OB5. Permitir que a população local usufrua de benefícios que resultem da prática de atividades no âmbito da área protegida, desde que compatíveis com os objetivos da mesma, nomeadamente atividades de recreio, lazer e turísticas.

5.10.2. Quadro-resumo das medidas de gestão

Medidas de Gestão													
Unidade Operativa de Gestão	M1- Medidas gerais		M6- Medidas relacionadas com planeamento espacial			M7- Medidas relacionadas com gestão de habitats e espécies, caça, recolção e pesca				M8- Medidas relacionadas com áreas urbanas, indústria, energia, turismo e transportes			
TER10.01	M1.1.		M6.3.	M6.9.		M7.3.	M7.11.	M7.16.	M7.31.	M7.32.	M8.25.	M8.43.	M8.44.
TER10.02	M1.1.		M6.5.	M6.9.		M7.3.					M8.25.		

5.10.3. Medidas de gestão

Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
TER10.01	Área prioritária para a conservação	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M6.3.	Estudo da viabilidade de estabelecimento de área de <i>continuum naturale</i> de ligação à reserva natural do Biscoito da Ferraria e Pico Alto (TER02).
		M6.9.	Monitorização do geossítio e elementos de interesse geológico.
		M7.3.	Monitorização de aves nidificantes prioritárias <i>Calonectris borealis</i> , <i>Sterna dougalli</i> e <i>Sterna hirundo</i> .
		M7.11.	Monitorização da flora endémica.
		M7.16.	Controlo das principais invasoras. Prioridade na erradicação sempre que as invasoras afetem o habitat da espécie <i>Azorina vidalli</i> e da subespécie de costa de <i>Juniperus brevifolia</i> .
		M7.31.	Campanhas de sensibilização ambiental do público, entidades e parceiros.
		M7.32.	Recolha de sementes em banco de sementes (<i>ex-situ</i>).
		M8.25.	Manutenção de trilho PCR02TER Baías da Agualva.
		M8.43.	Criação de miradouro rústico.
		M8.44.	Colocação de placard de informação e sensibilização dos valores presentes.
TER10.02	Área de uso sustentável de recursos	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M6.5.	Estudo da viabilidade de estabelecimento de acordos de custódia de natureza com os proprietários com vista à realização de ações de controlo de espécies de flora invasora.
		M6.9.	Monitorização do geossítio e elementos de interesse geológico.
		M7.3.	Monitorização de aves prioritárias: <i>Calonectris borealis</i> , <i>Sterna dougalli</i> e <i>Sterna hirundo</i> .
		M8.25.	Manutenção de trilho PCR02TER Baías da Agualva.

5.11. Proposta de intervenção para a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Planalto Central e Costa Noroeste (TER11)

Condicionantes	
Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo	Cabeceiras de Linhas De Água
	Falésias
	Nascentes
	Reserva Florestal Natural
	Reserva Geotérmica
	Zonas Húmidas
	Zona de Proteção Especial
Plano Diretor Municipal da Praia da Vitória	Zonas de Risco de Erosão
	Área pertencente à Lista Nacional de Sítios/Açores
	Espaços Agrícolas
Conservação da Natureza	Espaços Florestais
	Sítio Ramsar 1805 - Planalto Central da Terceira (Furnas do Enxofre e Algar do Carvão)
Plano de Ordenamento da Orla Costeira	ZEC PTTER0017 Serra de Santa Bárbara e Pico Alto
	Áreas de Especial Interesse Ambiental
	Área de Zona de Proteção de Arriba
	Faróis
	Linha Costeira
	Reserva Ecológica

Unidades Operativas de Gestão	
TER11.01 – terrenos públicos (gestão da DRA)	Área de proteção parcial e áreas de intervenção específica (391,59 ha)
TER11.02 A, B, C e D – Costa Noroeste, envolvente da serra de Santa Bárbara e Mistérios Negros, Planalto Central e Malha Grande; Canada dos Pomares, Caminho Florestal 31	Áreas de proteção complementar (A-1270,39 ha, B-34,10 ha, C-31,22 ha e D-42,62 ha)
TER11.03 – Costa Noroeste	Área prioritária para a conservação (105,45 ha)
TER11.04 A, B, C, D, E e F – Serreta, Raminho, Pico Matias Simão e Planalto Central	Área de uso sustentável de recursos e área de intervenção específica (A-368,81 ha, B-208,88 ha, C-3,91 ha, D-947,22 ha, E-397,68 ha, F-128,29 ha)

Elementos de fruição da paisagem

Elementos de fruição da paisagem	
<i>Trilhos</i>	
PRC03TER Serreta	Manutenção e beneficiação
PRC06TER da Rocha do Chambre	Manutenção e beneficiação
PRC01TER Mistérios Negros - troço	Manutenção e beneficiação
Trilho Algar do Carvão - Furnas do Enxofre	Trilho proposto
<i>Miradouros</i>	
TER.M10 Miradouro da Ponta da Serreta	Manutenção
TER.M11 Miradouro do Raminho	Manutenção
TER.M12 Miradouro do Pico Carneiro	Manutenção
TER.M13 Miradouro do Pico Matias Simão	Manutenção
TER.M14 Miradouro do Planalto Central	Manutenção

5.11.1. Objetivos de gestão

OB1. Assegurar as condições de referência dos habitats necessárias à proteção de espécies significantes, grupos de espécies, comunidades bióticas ou características físicas do ambiente, sempre que estas necessitem de intervenção humana para a otimização da gestão, promovendo o efeito tampão em torno de áreas mais sensíveis.

OB2. Promover a investigação científica e a monitorização ambiental como atividades indispensáveis à gestão sustentável, com particular enfoque para as espécies prioritárias de aves *Calonectris borealis* e *Columba palumbus azorica* (Anexo I Diretiva Aves), assim como para as espécies de flora protegida, de que são exemplo: *Arceuthobium azoricum*, *Euphorbia stygiana*, *Frangula azorica*, *Rumex azoricus*, *Sanicula azorica* e a espécie prioritária *Lactuca watsoniana*, (Anexo II e IV Diretiva Habitats).

OB3. Criar e delimitar áreas destinadas ao conhecimento e divulgação das características dos habitats a proteger, nomeadamente os habitats prioritários charnecas macaronésicas endémicas (4050), turfeiras altas ativas (7110), turfeiras de cobertura (7130), Turfeiras arborizadas (91DO) laurissilvas macaronésicas (9360) e florestas macaronésicas de *Juniperus* spp. (9560) (Anexo I Diretiva Habitats).

OB4. Disciplinar os usos e atividades que possam constituir ameaça à sustentabilidade de habitats ou espécies.

OB5. Permitir que a população local usufrua de benefícios que resultem da prática de atividades no âmbito da área protegida, desde que compatíveis com os objetivos da mesma, nomeadamente atividades de recreio, lazer e turísticas.

5.11.2. Quadro-resumo das medidas de gestão

Medidas de Gestão												
Unidade Operativa de Gestão	M1- Medidas gerais		M2- Medidas relacionadas com a agricultura e habitats abertos			M3- Medidas relacionadas com florestas, habitats lenhosos			M4- Medidas relacionadas com zonas húmidas, águas correntes e habitats costeiros		M6- Medidas relacionadas com planeamento espacial	
TER11.01	M1.1.		M2.9.	M2.10.		M3.14.	M3.17.		M4.9.		M6.2.	M6.9.
TER11.02	M1.1.										M6.9.	
TER11.03	M1.1.										M6.9.	
TER11.04	M1.1.		M2.1.			M3.15.	M3.16.	M3.17.			M6.2.	M6.9.

Medidas de Gestão															
Unidade Operativa de Gestão	M7- Medidas relacionadas com gestão de habitats e espécies, caça, recolção e pesca										M8- Medidas relacionadas com áreas urbanas, indústria, energia, turismo e transportes		M9- Medidas relacionadas com uso especial dos recursos		
TER11.01	M7.2.	M7.3.	M7.11.	M7.14.	M7.16.	M7.18.	M7.24.	M7.26.	M7.31.	M7.32.	M8.35.				
TER11.02	M7.3.	M7.11.	M7.16.	M7.31.	M7.32.										
TER11.03	M7.3.	M7.11.	M7.16.	M7.31.	M7.32.										
TER11.04	M7.3.	M7.11.	M7.16.	M7.18.	M7.31.	M7.32.					M8.25.	M8.35.	M8.37.	M8.64.	M9.5.

5.11.3. Medidas de gestão

Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
TER11.01	Área de proteção parcial e áreas de intervenção específica	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M2.9.	Vedação de terrenos públicos e/ou privados.
		M2.10.	Construção de cancelas e outros dispositivos de limitação do gado.
		M3.14.	Restauro/melhoria dos habitats florestais endémicos e nativos.
		M3.17.	Gestão florestal adaptada à conservação da natureza com a manutenção dos habitats prioritários charnecas macaronésicas endémicas (4050), turfeiras arborizadas (91D0), laurissilvas macaronésicas (9360), florestas endémicas de <i>Juniiperus</i> spp. (9560); turfeiras de cobertura (7130) e turfeiras altas ativas (7110).
		M4.9.	Conservação de zonas húmidas.
		M6.2.	Estabelecimento de corredor ecológico entre as Furnas do Enxofre e o Biscoito Rachado.
		M6.9.	Monitorização do geossítio e elementos de interesse geológico.
		M7.2.	Caracterização da fauna.
		M7.3.	Monitorização das espécies <i>Columba palumbus azorica</i> e outras aves, <i>Nyctalus azoreum</i> e de artrópodes, com especial incidência no <i>Trechus terrabravensis</i> .
		M7.11.	Monitorização de flora endémica.
		M7.14.	Plantação e/ou sementeira de vegetação endémica.
		M7.16.	Controlo de invasoras, prioridade na erradicação sempre que as invasoras compitam com habitats e espécies protegidos e que afetem os terrenos circundantes.
		M7.18.	Monitorização e gestão de espécies de flora invasora, nomeadamente <i>Rubus ulmifolius</i> (silvado), <i>Hedychium gardnerianum</i> (roca), <i>Ulex europaeus</i> L. subsp. <i>europaeus</i> (pica-rato) e <i>Pittosporum undulatum</i> (incenso) e <i>Hydrangea macrophylla</i> (hortências).
		M7.24.	Aumento da conectividade do habitat do artrópode endémico <i>Trechus terrabravensis</i> , através do corte cirúrgico dos eucaliptais, plantação de árvores e arbustos nativos, da dispersão de esporos de fetos nativos.
		M7.26.	Fomento da sucessão natural através da erradicação de espécies invasoras e condicionamento de acesso ao público.
		M7.31.	Campanhas de sensibilização ambiental do público, de entidades e parceiros.
M7.32.	Recolha de sementes em banco de sementes (conservação <i>ex-situ</i>).		
M8.35.	Criação de novo trilho (Algar do Carvão-Furnas do Enxofre).		

Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
TER11.02 A, B, C e D	Áreas de proteção complementar	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M6.9.	Monitorização dos geossítios e elementos de interesse geológico.
		M7.3.	Monitorização das espécies <i>Calonectris borealis</i> , <i>Sterna dougalli</i> , <i>Sterna hirundo</i> , <i>Columba palumbus azorica</i> e outras aves e do <i>Nyctalus azoreum</i> .
		M7.11.	Monitorização da flora endémica e protegida.
		M7.16.	Controlo de invasoras, prioridade na erradicação sempre que as invasoras compitam com habitats e espécies protegidos e que afetem os terrenos circundantes.
		M7.31.	Campanhas de sensibilização ambiental do público, de entidades e parceiros.
		M7.32.	Recolha de sementes em banco de sementes (conservação <i>ex-situ</i>).
TER11.03	Área prioritária para a conservação	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M6.9.	Monitorização dos geossítios e elementos de interesse geológico.
		M7.3.	Monitorização de aves nidificantes prioritárias <i>Calonectris borealis</i> , <i>Sterna dougalli</i> e <i>Sterna hirundo</i> .
		M7.11.	Monitorização da flora endémica.
		M7.16.	Controlo das principais invasoras. Prioridade na erradicação sempre que as invasoras afetem o habitat da espécie <i>Erica azorica</i> .
		M7.31.	Campanhas de sensibilização ambiental do público, entidades e parceiros.
		M7.32.	Recolha de sementes em banco de sementes (<i>ex-situ</i>).
TER11.04 A, B, C, D, E e F	Áreas de uso sustentável de recursos e área de intervenção específica	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M2.1.	Manutenção de pastagens e outros habitats abertos.
		M3.15.	Valorização de manchas florestais como corredores ecológicos.
		M3.16.	Valorização de bermas de caminhos como corredores ecológicos.
		M3.17.	Gestão florestal adaptada à conservação da natureza com a manutenção dos habitats prioritários.
		M6.2.	Estabelecimento do corredor ecológico Matela – Rocha do Chã.
		M6.9.	Monitorização do geossítio e elementos de interesse geológico.
		M7.3.	Monitorização das espécies <i>Calonectris borealis</i> , <i>Sterna dougalli</i> e <i>Sterna hirundo</i> , <i>Columba palumbus azorica</i> e outras aves e de <i>Nyctalus azoreum</i> .
M7.11.	Monitorização de flora endémica.		



Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
		M7.16.	Controlo de espécies de vegetação invasora por métodos mecânicos, químicos ou manuais.
		M7.18.	Monitorização e gestão de espécies de flora invasora, nomeadamente <i>Rubus ulmifolius</i> , <i>Hedychium gardnerianum</i> , <i>Ulex europaeus</i> L. subsp. <i>europaeus</i> e <i>Pittosporum undulatum</i> e <i>Hydrangea macrophylla</i> .
		M7.31.	Campanhas de sensibilização ambiental do público, de entidades e parceiros.
		M7.32.	Recolha de sementes em banco de sementes (conservação <i>ex-situ</i>).
		M8.25.	Manutenção de troço do trilho PRC03TER Serreta e do trilho PRC06TER da Rocha do Chambre
		M8.35.	Estudo para a criação de trilho na zona do Pico Vermelho, Fogo e Caldeirinhas.
		M8.37.	Limpeza de bermas de estradas e caminhos (corredor ecológico).
		M8.64.	Gestão de resíduos provenientes de atividades de remoção de espécies invasoras.
		M9.5.	Fomento da recuperação paisagística de zonas de extração de inertes.

5.12. Proposta de intervenção para a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Pico do Boi (TER12)

Condicionantes	
Plano Diretor Municipal da Praia da Vitória	Espaços Agrícolas
	Espaços Florestais
	Espaços Naturais
Conservação da Natureza	ZEC PTTER0017 Serra de Santa Bárbara e Pico Alto

Unidades Operativas de Gestão	
TER12.01 – Pico do Boi	Área de proteção complementar (217,14 ha)

5.12.1. Objetivos de gestão

OB1. Assegurar as condições de referência dos habitats necessárias à proteção de espécies significantes, grupos de espécies, comunidades bióticas ou características físicas do ambiente, sempre que estas necessitem de intervenção humana para a otimização da gestão, promovendo o efeito tampão em torno de áreas mais sensíveis.

OB2. Promover a investigação científica e a monitorização ambiental como atividades indispensáveis à gestão sustentável, com particular enfoque para a espécie prioritária de ave *Columba palumbus azorica* (Anexo I Diretiva Aves), para as espécies protegidas de flora *Erica azorica*, *Frangula azorica* e a espécie prioritária *Lactuca watsoniana* (Anexo II e IV Diretiva Habitats) o *Sphagnum* spp. (Anexo V Diretiva Habitats) e para o mamífero *Nyctalus azoreum* (Anexo IV Diretiva Habitats) e artrópodes endémicos.

OB3. Criar e delimitar áreas destinadas ao conhecimento e divulgação das características dos habitats a proteger, nomeadamente os habitats prioritários charnecas macaronésicas endémicas (4050), turfeiras altas ativas (7110), Turfeiras arborizadas (91DO) laurissilvas macaronésicas (9360) e florestas macaronésicas de *Juniperus* spp. (9560) (Anexo I Diretiva Habitats).

OB4. Disciplinar os usos e atividades que possam constituir ameaça à sustentabilidade de habitats ou espécies.

OB5. Permitir que a população local usufrua de benefícios que resultem da prática de atividades no âmbito da área protegida, desde que compatíveis com os objetivos da mesma, nomeadamente atividades de recreio, lazer e turísticas.

5.12.2. Quadro-resumo das medidas de gestão

Medidas de Gestão							
Unidade Operativa de Gestão	M1- Medidas gerais	M3- Medidas relacionadas com florestas, habitats lenhosos	M7- Medidas relacionadas com gestão de habitats e espécies, caça, recolção e pesca				M8- Medidas relacionadas com áreas urbanas, indústria, energia, turismo e transportes
TER12.01	M1.1.	M3.17.	M7.16.	M7.18.	M7.31.	M7.32.	M8.64.

5.12.3. Medidas de gestão

Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
TER12.01	Área de proteção complementar	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M3.17.	Gestão florestal adaptada à conservação da natureza com a manutenção dos habitats prioritários charneças macaronésicas endémicas (4050), turfeiras altas ativas (7110), Turfeiras arborizadas (91DO) laurissilvas macaronésicas (9360) e florestas macaronésicas de <i>Juniperus</i> spp. (9560).
		M7.16.	Controlo de invasoras, prioridade na erradicação sempre que as invasoras compitam com habitats e espécies protegidos e que afetem os terrenos circundantes.
		M7.18.	Monitorização e gestão de espécies invasoras.
		M7.31.	Campanhas de sensibilização ambiental do público, de entidades e parceiros.
		M7.32.	Recolha de sementes em banco de sementes (conservação <i>ex-situ</i>).
		M8.64.	Gestão de resíduos provenientes de remoção de espécies invasoras.

5.13. Proposta de intervenção para o Área de Paisagem Protegida das Vinhas dos Biscoitos (TER13)

Condicionantes	
Plano Diretor Municipal da Praia da Vitória	Arribas e Falésias
	Espaço Agrícola
	Espaços Naturais
	Espaços Urbanizáveis
	Espaços Urbanos
Plano de Ordenamento da Orla Costeira	Área de Especial Interesse Ambiental
	Área de Zona de Proteção de Arriba
	Linha costeira
	Reserva Ecológica

Unidades Operativas de Gestão	
TER13.01 – Vinhas dos Biscoitos	Área de uso sustentável de recursos (165,36 ha)

Elementos de fruição da paisagem	
<i>Trilhos</i>	
Trilho das vinhas dos Biscoitos	Manutenção e beneficiação
<i>Miradouros</i>	
TER.M16 Miradouro da Santinha (Biscoitos)	Beneficiação

5.13.1. Objetivos de gestão

OB1. Preservar uma interação harmoniosa, natural e cultural, através da proteção da paisagem, usos tradicionais, práticas de edificação e manifestações sociais e culturais.

OB2. Apoiar o desenvolvimento de modos de vida e atividades económicas em harmonia com a natureza e com a preservação das tradições da comunidade local, nomeadamente o estabelecimento de circuitos turísticos de interpretação da paisagem e história desta área protegida.

OB3. Manter e preservar a diversidade paisagística, bem como as espécies de flora, fauna, habitats e os ecossistemas.

OB4. Regular usos e atividades, minimizando as ameaças à estabilidade da paisagem.

OB5. Incentivar as atividades turísticas e recreativas segundo tipologias e escalas apropriadas às características biofísicas e culturais da área.

OB6. Promover atividades científicas e educacionais que contribuam para o bem-estar da população e desenvolvam um suporte público de proteção ambiental, nomeadamente atividades de voluntariado de erradicação de espécies invasoras.

OB7. Contribuir para o desenvolvimento da comunidade local através dos benefícios gerados pela prestação de serviços e venda de produtos naturais.



5.13.2. Quadro-resumo das medidas de gestão

Medidas de Gestão			
Unidade Operativa de Gestão	M1- Medidas gerais	M2- Medidas relacionadas com a agricultura e habitats abertos	M6- Medidas relacionadas com planeamento espacial
TER013.01	M1.1.	M2.21.	M6.9.

Medidas de Gestão									
Unidade Operativa de Gestão	M7- Medidas relacionadas com gestão de habitats e espécies, caça, recolção e pesca					M8- Medidas relacionadas com áreas urbanas, indústria, energia, turismo e transportes			
TER13.01	M7.3.	M7.10.	M7.11	M7.17.	M7.18.		M8.25.	M8.44.	M8.64.

5.13.3. Medidas de gestão

Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
TER13.01	Área de uso sustentável de recursos	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M2.21.	Apoios financeiros à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socalcos, e de pomares de espécies tradicionais, situadas em áreas de paisagem protegida e em fajãs costeiras, integradas nos parques naturais de ilha e em reservas da biosfera.
		M6.9.	Monitorização do geossítio e elementos de interesse geológico.
		M7.3.	Monitorização das espécies <i>Nyctalus azoreum</i> e <i>Columba palumbus azorica</i> e outras aves.
		M7.10.	Levantamento de espécies de flora endémica presentes na linha de costa.
		M7.11.	Monitorização de flora endémica.
		M7.17.	Controlo de espécies de vegetação invasora, <i>Carpobrotus edulis</i> e <i>Arundo donax</i> .
		M7.18.	Monitorização e gestão da espécie de vegetação invasora, <i>Carpobrotus edulis</i> (chorão).
		M8.25.	Manutenção do trilho das vinhas dos Biscoitos.
		M8.44.	Colocação de placas de informação e sensibilização dos valores culturais presentes.
M8.64.	Gestão de resíduos provenientes de atividades de remoção de espécies invasoras.		

5.14. Proposta de intervenção para a Área Protegida de Gestão de Recursos da Caldeira de Guilherme Moniz (TER14)

Condicionantes	
Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo	Espaços Naturais
	Ocupação e Uso de Solo
	Zona de Cabeceiras de Linhas de Água
	Zona de Nascentes
	Zona de Proteção Especial
Plano de Ordenamento da Orla Costeira	Zonas Húmidas
	Área de Especial Interesse Ambiental
	Área de Zona de Proteção de Arriba
	Linha Costeira
	Reserva Ecológica

Unidades Operativas de Gestão	
TER14.01 – Caldeira Guilherme Moniz	Área de uso sustentável de recursos (1218,05 ha)

Elementos de fruição da paisagem	
<i>Trilhos</i>	
PRC07 TER Passagem das Bestas	Manutenção
<i>Miradouros</i>	
TER.M17 Miradouro da Caldeira de Guilherme Moniz	Manutenção

5.14.1. Objetivos de gestão

OB1. Proteger a manutenção da biodiversidade e outros valores naturais a longo prazo, nomeadamente com a conservação de habitats e ecossistemas, tendo em especial atenção os habitats prioritários charnecas macaronésias endémicas (4050) e turfeiras altas ativas (7110) e as Laurissilvas macaronésicas (9360), que asseguram a recarga dos principais aquíferos do complexo vulcânico de Guilherme Moniz e a conservação das espécies de fauna e flora tendo em especial atenção a espécie prioritária de aves *Columba palumbus azorica* (Anexo I Diretiva Aves) e as espécies de flora protegida *Erica azorica*, *Frangula azorica* e a espécie prioritária *Lactuca watsoniana* (Anexo II e IV Diretiva Habitats).

OB2. Promover a gestão efetiva visando o uso sustentável dos recursos, nomeadamente, a água, o pastoreio, a exploração florestal e outras atividades com baixa incidência de impactes ambientais.

OB3. Contribuir para a sustentabilidade do desenvolvimento sócio-económico.



5.14.2. Quadro-resumo das medidas de gestão

Medidas de Gestão									
Unidade Operativa de Gestão	M1- Medidas gerais		M2 - Medidas relacionadas com a agricultura e habitats abertos			M3- Medidas relacionadas com florestas, habitats lenhosos	M4- Medidas relacionadas com zonas húmidas, águas correntes e habitats costeiros		M6- Medidas relacionadas com planeamento espacial
TER014.01	M1.1.		M2.1.	M2.2.	M2.5.	M3.17.		M4.9.	M6.9.

Medidas de Gestão						
Unidade Operativa de Gestão	M7- Medidas relacionadas com gestão de habitats e espécies, caça, recolção e pesca				M8- Medidas relacionadas com áreas urbanas, indústria, energia, turismo e transportes	
TER14.01	M7.3.	M7.11	M7.18.	M7.31.		M8.25

5.14.3. Medidas de gestão

Unidade Operativa de Gestão	Regime de proteção	Medidas de gestão	Descrição
TER14.01	Área de uso sustentável de recursos	M1.1.	Fiscalização da área protegida pelos Vigilantes da Natureza.
		M2.1.	Manutenção de pastagens e outros habitats abertos.
		M2.2.	Modificação de práticas culturais.
		M2.5.	Realização de ações de sensibilização para o manejo de fertilização em zonas de pastagem. Diminuição da sua utilização e controlo das quantidades usadas.
		M3.17.	Promover a gestão florestal adaptada à conservação da natureza.
		M4.9.	Conservação das zonas húmidas existentes: dos habitats prioritários, turfeiras altas ativas (7110). Conservação dos habitats protegidos lagoas e charcos distróficos naturais (3160), turfeiras altas degradadas ainda suscetíveis de regeneração natural (7120) e charnecas macaronésias endémicas (4050).
		M6.9.	Monitorização do geossítio e elementos de interesse geológico.
		M7.3.	Monitorização da espécie prioritária <i>Columba palumbus azorica</i> e outras aves.
		M7.11.	Monitorização das espécies de flora protegidas, especialmente as pertencentes aos anexos II e IV da Diretiva Habitats.
		M7.18.	Monitorização e gestão de flora invasora
		M7.31.	Campanhas de sensibilização ambiental do público, de entidades e parceiros.
		M8.25.	Manutenção do trilho PRC07 TER Passagem das Bestas.

5.15. Gestão e monitorização de cavidades vulcânicas protegidas

Condicionantes legais

Decreto Legislativo Regional n.º 10/2019/A, de 22 de maio

5.15.1. Objetivos de gestão

No quadro do Regime de proteção e classificação das cavidades vulcânicas dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 10/2019/A, de 22 de maio, identificam-se os seguintes objetivos:

OB1. Conhecer e proteger o estado natural das estruturas geológicas e vulcano-espeleológicas, bem como dos respetivos habitats e espécies.

OB2. Salvaguardar as especificidades naturais e culturais das cavidades vulcânicas, incluindo a integridade física e condições de estabilidade dessas estruturas.

OB3. Promover a investigação científica e a manutenção de serviços dos ecossistemas associados às cavidades vulcânicas.

OB4. Promover a compatibilidade entre a conservação da geodiversidade e dos ecossistemas e as atividades industriais, agrícolas, florestais, de turismo, de recreio e de lazer.

OB5. Promover ações de sensibilização e educação ambiental orientadas para o uso sustentável dos recursos naturais presentes nas cavidades vulcânicas.

5.15.2. Medidas de Gestão

M1.2 - Gestão e monitorização das cavidades vulcânicas

Proceder à classificação das cavidades vulcânicas inventariadas para a ilha Terceira, em função do respetivo grau de conhecimento e importância em termos geológicos, biológicos, estéticos e de integridade, numa das seguintes categorias:

Classe A — cavidade com elevado interesse de conservação, caracterizada pela presença de elementos patrimoniais geológicos e biológicos únicos, nomeadamente a ocorrência de espécies endémicas ou troglóbias ou de formações geológicas muito raras, bem como pela grande dimensão ou elevada integridade, não apresentando sinais de destruição ou de interferência antrópica;

Classe B — cavidade com interesse de conservação, caracterizada pela presença de elementos patrimoniais geológicos e biológicos importantes,

nomeadamente a ocorrência de ecossistemas cavernícolas íntegros ou de formações geológicas raras, bem como pela dimensão média ou relativa integridade, apresentando poucos sinais de interferência humana;

Classe C — cavidade com valor natural reduzido, caracterizada essencialmente pela pequena dimensão e pela ausência de elementos patrimoniais geológicos e biológicos importantes ou existência de sinais de deterioração do ecossistema;

Classe D — cavidade com valor natural não conhecido, em resultado da ausência de informação sobre os elementos patrimoniais aí presentes.

Integrar no Parque Natural da Terceira, com a categoria de cavidade vulcânica protegida, as cavidades vulcânicas classificadas em classe A.

Elaborar um plano de ação que estabelece as medidas e ações adequadas à concretização dos regimes de salvaguarda dos recursos e valores naturais presentes e à implementação dos usos compatíveis com a fruição sustentável, para as cavidades vulcânicas protegidas e aquelas que estejam abertas à visita regular.

Implementar as orientações de gestão do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2019/A, de 22 de maio.

6. Programa de Monitorização

6.1. Níveis de monitorização

A monitorização dos Planos de Gestão dos Parques naturais de ilha compreende três níveis:

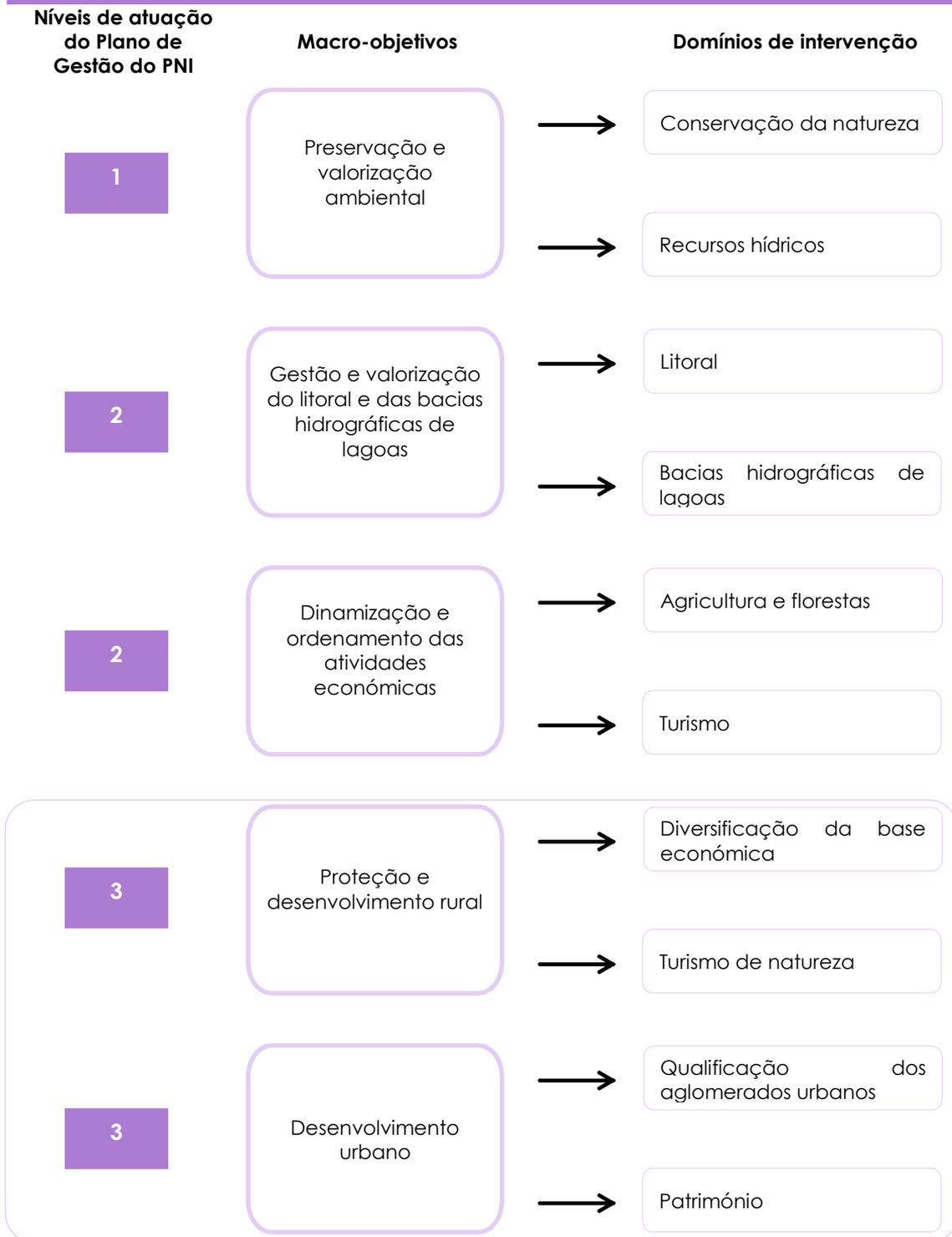
- Monitorização dos habitats e espécies, que se encontram definidas como medidas de gestão e que devem ser sujeitas a protocolos de monitorização coordenados por todas as entidades com intervenção na conservação e gestão dos elementos de valor natural e cultural, sejam elas públicas ou privadas.
- Monitorização das medidas de gestão preconizadas pelo Plano de Gestão. Esta monitorização é efetuada por meio das indicações para avaliação associadas a cada medida de conservação.
- Monitorização do grau de concretização do Plano de Gestão de Parque Natural de Ilha propriamente dito, que compreende a monitorização dos indicadores de avaliação do grau de concretização dos objetivos definidos no Plano de Gestão, e a monitorização do modelo de intervenção definido no Plano de Gestão do Parque Natural de Ilha.

A monitorização dos habitats e espécies compreende um trabalho de articulação entre as diversas entidades para a definição de protocolos que não cabe no âmbito deste Plano. A monitorização de cada medida de conservação pode ser efetuada por meio das indicações para a avaliação de cada medida.

O resultado das ações de monitorização do grau de concretização do Plano de Gestão deve ser objeto de um relatório trienal coincidente com as ações de avaliação das medidas de gestão, e que evidencie o nível e as vicissitudes de execução das medidas de gestão. O relatório referido constitui um elemento privilegiado de informação de suporte à revisão do Plano de Gestão de Parque Natural.

Tendo em conta os macro objetivos, domínios e subdomínios definidos para a Região Autónoma dos Açores, o modelo de gestão territorial definido para os Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha é o seguinte.

Modelo de Gestão Territorial



6.2. Indicadores

Indicadores	Unidade de medida
<p>Área da Rede de Áreas Protegidas ocupada por habitats naturais protegidos</p> <p>- Extensão de território da Rede de Áreas Protegidas ocupada por habitats naturais protegidos pela Diretiva Habitats.</p>	ha
<p>Área da Rede de Áreas Protegidas abrangida por intervenções de gestão ativa</p> <p>- Extensão de território da Rede de Áreas Protegidas abrangido por ações de conservação da natureza que visam a manutenção ou recuperação de espécies e habitats protegidos e o controlo de espécies exóticas invasoras de flora e fauna.</p>	ha
<p>Habitats e espécies com estatuto de conservação desfavorável abrangidos por medidas de gestão</p> <p>- Número de habitats e espécies de flora e fauna com estatuto de conservação desfavorável abrangidos por medidas de gestão efetuadas para melhorar o seu estatuto.</p>	n.º
<p>Estruturas e sistemas de apoio à fruição, identificação e interpretação das Áreas Protegidas e da paisagem</p> <p>- Número de estruturas físicas e sistemas tecnológicos de apoio à fruição, identificação e interpretação das Áreas Protegidas e da paisagem.</p>	n.º
<p>Ações e participantes em atividades de sensibilização ambiental</p> <p>- Número de ações e de participantes em atividades de sensibilização ambiental promovidas para aumentar o conhecimento sobre as Áreas Protegidas e a valorização do património natural.</p>	n.º
<p>Trilhos em Áreas Protegidas alvo de ações de manutenção e beneficiação</p> <p>- Extensão de trilhos em Áreas Protegidas alvo de ações de manutenção e beneficiação.</p>	km
<p>Área de cultura tradicional em produção</p> <p>- Extensão de território em Área Protegida com cultura de vinha em produção.</p>	ha

7. Bibliografia

AGOSTINHO, José - "Clima e vegetação". Angra do Heroísmo: Açoreana - Boletim da Sociedade Afonso Chaves, 1947.

AGUIAR Carlos; FERNANDÉZ PRIETO, José; DIAS, Eduardo - "Plantas vasculares endémicas do arquipélago dos Açores" in DIAS, Eduardo; FERNANDÉZ PRIETO, José; AGUIAR Carlos (eds.) - "Guia da Excursão Geobotânica: A paisagem vegetal da Ilha Terceira (Açores)." Angra do Heroísmo: Universidade dos Açores, 2006. pp. 71-78.

ÁVILA, Sérgio et al - "À Ban Baxe Muro". (s/l). Publiçor Editores, 2011.

AZEVEDO, Eduardo Brito de - "Uma abordagem ao estudo do clima das regiões insulares". "Atlântida: revista de cultura". Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura. Vol. XLV (2000). pp. 331-338.

BORGES, António Luís da Paixão Melo - "O papel do planeamento estratégico no desenvolvimento de uma região insular e ultraperiférica". Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1999. Tese de mestrado.

BORGES, Paulo A.V. - "Plant and Arthropod species composition of sown and semi-natural pasture communities of three Azorean Islands (Santa Maria, Terceira and Pico)". "Arquipélago: Life and Marine Sciences". 17A: 1-21 (1999).

BORGES, Paulo A.V.; CUNHA, Regina; GABRIEL, Rosalina; MARTINS, António Frias; SILVA, Luís; VIERA, Vergílio - "Biodiversidade Terrestre dos Açores". "Atlântida". Vol. 50 (2005) pp. 281-290.

BORGES, Paulo A.V. - "Diversidade dos Açores em números" in CARDOSO, Pedro et al - "Açores: um retrato natural". Ponta Delgada: Veraçor, 2009. p. 30.

BORGES, Paulo A.V. - "Prados e pastagens" in CARDOSO, Pedro et al "Açores: um retrato natural". Ponta Delgada: Veraçor, 2009. pp. 171-172.

BORGES, Paulo A. V.; BRIED, Joël; COSTA, Ana; CUNHA, Regina; GABRIEL, Rosalina; GONÇALVES, Vítor; MARTINS, António Frias; MELO, Ireneia; PARENTE, Manuela; RAPOSEIRO, Pedro; RODRIGUES, Pedro; SANTOS, Ricardo Serrão, SILVA, Luís, VIEIRA, Paulo; VIERA, Virgílio, MENDONÇA, Enésima; BOIEIRO, Mário - "Descrição da biodiversidade terrestre e marinha dos Açores" in "Listagem dos

organismos terrestres e marinhos dos Açores (A list of the terrestrial and marine biota from the Azores)". Cascais: Princípia, 2010.

BORGES, Paulo A.V. *et al* - "Ranking protected areas in the Azores using standardized sampling of soil epigeal arthropods". "Biodiversity and Conservation" 14 (2005) pp. 2029-2060.

BRANDÃO, Raul - "As ilhas desconhecidas: notas e paisagens", Lisboa: Frenesi, 2001. (conforme a 1ª edição de 1926).

BRITO, Raquel Soeiro de (direção) - "Portugal: perfil geográfico". Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

CALDEIRA CABRAL, Francisco - "Fundamentos da arquitetura paisagista". Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza, 1993.

CANCELA D'ABREU, Alexandre; MOREIRA, José Marques; OLIVEIRA, Rosário (coord. do estudo) - "Livro das paisagens dos Açores: Contributos para a identificação e caracterização das paisagens dos Açores". Ponta Delgada: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar /Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, [2005].

CANCELA D'ABREU, Alexandre; MOREIRA, José Marques; OLIVEIRA, Rosário (coord. do estudo) - "Caracterização e identificação das paisagens dos Açores: relatório final do estudo". [s/l]: Secretaria Regional do Ambiente / Região Autónoma dos Açores / Universidade de Évora, 2001. (CD1).

CAPELO, J.; AGUIAR, C.; SEQUEIRA, M.; DIAS, E. JARDIM, R.; PRIETO, J.M.F. - "Aspetos da diferenciação fitocenótica e biogeográfica da vegetação autóctone dos arquipélagos atlânticos dos Açores, Madeira e Canárias" *in* DIAS, E. (ed.) - "VI encontro ALFA de fitossociologia: biodiversidade, vegetação e instrumentos de conservação". Angra do Heroísmo: Universidade dos Açores, 2006. (livro de resumos, 27 a 30 de Setembro de 2006).

COBA - "Proposta de plano de ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede: relatório de caracterização e diagnóstico". Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza, Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, 2003. Março de 2003, versão para discussão pública.

COSTA, João André; MELO, João (coord.) *et al* - "Plano de Gestão do Parque Natural do Faial". Horta: Direção Regional do Ambiente, 2016 (documento policopiado).

CRUZ, A.; BENEDICTO, J.; GIL, A. - "Socio-economic benefits of Natura 2000 in Azores islands: a case study approach on ecosystem services provided by a Special Protected Area". "Journal of Coastal Research" Special Issue 64 (2011) pp. 1955-1959.

DIAS, Eduardo - "Vegetação natural dos Açores: ecologia e sintaxonomia das florestas naturais". Angra do Heroísmo: Universidade dos Açores, 1996. Tese de doutoramento.

DIAS, Eduardo (coord.) *et al* - "Plano de Gestão da Rede Natura 2000 Açores (áreas terrestres)". Angra do Heroísmo: Grupo de Ecologia Vegetal e Ambiente, Departamento de Ciências Agrárias, Universidade dos Açores, 2004.

DIAS, Eduardo, MENDES, Cândida, MELO, Cecília, PEREIRA, Dinis, ELIAS, Rui - "Azores Central Islands Vegetation and Flora: Field Guide". "Quercetea" 7:123-173, 2005. ALFA, Lisboa, Portugal.

DIAS, Eduardo, ELIAS, Rui Bento, MELO, Cecília, MENDES, Cândida - "Biologia e ecologia das florestas das ilhas: Açores" in SILVA, Joaquim Sande (coord.) - "Açores e Madeira: a floresta das ilhas" Lisboa: Edição Público, Comunicação social SA e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2007 (b). Coleção Árvores e Florestas de Portugal vol. 6. pp. 51-80.

DIAS, Eduardo; ARAÚJO, Carina; MENDES, José Fernando; ELIAS, Rui Bento, MENDES, Cândida; MELO, Cecília, - "Espécies florestais das ilhas: Açores" in SILVA, Joaquim Sande (coord.) - "Açores e Madeira: a floresta das ilhas" Lisboa: Edição Público, Comunicação social SA e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2007 (c). Coleção Árvores e Florestas de Portugal vol. 6. pp. 199-254.

DIAS, Eduardo; PEREIRA, Dinis; MEDEIROS, Vasco; MENDES, José; ELIAS, Rui Bento - "Distribuição das principais manchas de vegetação natural: Açores" in SILVA, Joaquim Sande (coord.) - "Açores e Madeira: a floresta das ilhas" Lisboa: Edição Público, Comunicação social SA e Fundação Luso-Americana para o

Desenvolvimento, 2007(d). Coleção Árvores e Florestas de Portugal vol. 6. pp. 299-322.

DIAS, Eduardo; MENDES, Cândida - "Sphagnum recurvum P. Beauv. on Terceira, Azores, new to Macaronesia-Europe". "Journal of Bryology". 31 (2009) pp. 199-201.

DRA/DOT - "Carta de Ocupação do Solo da Região Autónoma dos Açores (COS.A/2018)" Ponta Delgada: Direção Regional do Ambiente – Divisão de Ordenamento do Território, 2018.

DROTRH/SRAM e INAG/MAOT- "Plano Regional da Água: Relatório Técnico". Ponta Delgada: Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos (DROTRH) /Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), 2001. Versão para consulta pública.

ELIAS, Rui Bento- "Ecologia das florestas de *Juniperus* dos Açores". Angra do Heroísmo: Universidade dos Açores, 2006. Tese de doutoramento.

ELIAS, Rui Bento; DIAS, Eduardo - "Ecologia das florestas de *Juniperus* nos Açores". Angra do Heroísmo: Herbário da Universidade dos Açores (AZU), 2008. Caderno de Botânica n.º 5.

ELIAS, Rui Bento; DIAS, Eduardo - "the role of habitat features in a primary succession". "Arquipélago: Life and marine sciences". 24 (2007) pp. 1-10.

EQUIPA TÉCNICA DO PARQUE NATURAL DA TERCEIRA - "Parque Natural da Terceira: Guia". s/ local: Governo Regional dos Açores, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, Parque Natural da Terceira, 2012.

EUROPA, Conselho. "Convenção Europeia da Paisagem e relatório explicativo". Florença: 20.X.2000.

EUROPA, Conselho. "Recomendação do Comité de Ministros com directrizes para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem". Estrasburgo: 06.II.2008. (CM/ Rec. (2008)3).

EUROPA, Conselho. "Standart Data Form for Natura 2000". FDN's das ZEC e ZPE do Pico. Bruxelas: 2015.

EUROPEAN COMISSION - "LIFE focus: Alien species and nature conservation in EU. The role of the LIFE program." Louxembourg: Office for official publications of the European Communities, 2004.

EUROPEAN COMISSION - "From land cover to landscape diversity in the European Union". Brussels: European Commission, 2000.

FERNANDES, A; FERNANDES, R.B.; - "Iconographia selecta florae azoricae". Coimbra: Sociedade Broteriana, 1987. Vol II, fasc. I e II.

FONSECA, Catarina; CALADO, Helena; PEREIRA DA SILVA, Carlos; GIL, Artur - "New approaches to environment conservation and sustainability in small islands: the project SMARTPARKS. "Journal of Coastal Research" Special Issue 64 (2011) pp. 1970-1974.

FORJAZ, Victor Hugo; TAVARES, Jorge Miguel; AZEVEDO, Eduardo Brito de; RODRIGUES, Maria da Conceição; GONÇALVES, João Filipe; NUNES, João Carlos; SANTOS, Ricardo Serrão; BARREIROS; João Pedro; GALLAGHER, Les; CARDIGOS; Frederico; SILVA; Paulo Henrique; BARCELOS; Paulo J.M.; FRANÇA, Zilda; DENTINHO, Tomaz; SILVA, Vasco; SERPA, Vanda; COSTA, Manuel; MAGALHÃES, Luísa - "Atlas básico dos Açores". Ponta Delgada: Observatório Vulcanológico dos Açores, 2004.

FORMAN, Richard; GODRON, Michel - "Landscape ecology". New York: Jonh Wiley & Sons, 1986.

FORMAN, Richard - "Land mosaics: the ecology of landscapes and regions". New York: Cambridge University Press, 1995.

FRANÇA, Zilda; CRUZ, José Vergílio; NUNES, João Carlos; FORJAZ, Victor Hugo - "Geologia dos Açores: uma perspetiva atual". "Açoreana: revista de estudos açoreanos". Ponta Delgada: Sociedade Afonso Chaves. Vol. X. Fasc. I. (dezembro 2003).

FRUTUOSO, Gaspar - "Saudades da Terra" (158). Livros III, IV e VI (edição de Instituto Cultural, Ponta Delgada, 1971, 1977-1981, 1963, respetivamente).

Fundação Gaspar Frutuoso / CEDRU - Manual de Indicadores para a Monitorização do ordenamento do território na Região Autónoma dos Açores. Relatório Final - Fase 5 - Volumes 1,2,e 3, outubro de 2011.

GABRIEL, Rosalina - "Turfeiras" in CARDOSO, Pedro *et al* - "Açores: um retrato natural". Ponta Delgada: Veraçor, 2009. pp. 105-107.

GASPAR, C. - "Selection of priority areas for arthropod conservation in the Azores archipelago". "Journal of Insect Conservation". 15 (2011). Pp. 671-684.

GIL, Artur - "Plano de gestão da ZPE Pico da Vara / Ribeira do Guilherme". Lisboa: Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), 2005.

GIL, Artur - "Proposta Metodológica para a elaboração de planos de gestão de sítios da Rede Natura 2000". Ponta Delgada: Departamento de Biologia, Universidade dos Açores, 2006. Tese de mestrado.

GIL, A.; CALADO, H.; COSTA, L.T.; BENTZ, J.; FONSECA, C.; LOBOS, A.; VERGILIO, M.; BENEDICTO, J. (2011) - "A methodological proposal for the development of Natura 2000 sites management plans". "Journal of Coastal Research". Special Issue 64 (2011) pp. 1326-1330.

GOBIERNO DE CANARIAS - "Biodiversidade terrestre en la Macaronésia". Canarias: Gobierno de Canarias, Consejería de Medio Ambiente y Ordenación Territorial, 2008.

GOMES Cláudia Margarida M.P.A. - "O conceito de carácter da paisagem e a sua aplicação na gestão de áreas protegidas: caso de estudo dos Açores." Lisboa: ISA, 2012.

GOMES, Cláudia A., PORTEIRO, João - "Caracterização e gestão da paisagem dos Açores através da aplicação do conceito de carácter da paisagem." Angra do Heroísmo: I Congresso de Ciência e Desenvolvimento dos Açores - Crise, Território e Paisagem, livro de Atas. 2013.

GOMES, Mário Belchior Ávila - "Conservação da avifauna na laurissilva dos Açores". Horta, Direção Regional do Ambiente, 1994. (documento não publicado).

GUIMARÃES, Ana; OLMEDA, Concha - "Management of Natura 2000 Habitats: 9360* Macaronesian laurel forests (Laurus, ocotea)". Spain: European Commission, 2008.

LIMA, Eva Almeida - "Património geológico dos Açores: Valorização de locais com interesse geológico das áreas ambientais, contributo para o ordenamento do território." Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2007. Tese de mestrado.

LYLE, John - "Design for Human Ecosystems", New York: Van Nostrand Reinhold, 1985.

MAC ARTHUR, Robert H.; WILSON, Edward O. - "The theory of island biogeography". Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1967.

MAGALHAES, Manuela (coord. geral) - "Estrutura ecológica da paisagem: conceitos e delimitação - escalas regional e municipal". Lisboa: ISAPress, 2007.

MARTÍN, José L.; ARECHAULETA, Manuel; BORGES, Paulo A. V.; FARIA, Bernardo (eds.) - "Top 100: Las 100 especies amenazadas prioritárias de gestión en la región europea biogeográfica de la Macaronesia". Canarias: Consejería de Medio Ambiente y Ordenación Territorial, Gobierno de Canarias, 2008.

MCHARG, Ian - "Design with nature". New York: Natural History Press, 1971.

MELO, Cecília - "Critérios de avaliação da integridade ecológica das áreas da REDE NATURA 2000: caso de estudo da Serra de Santa Bárbara". Angra do Heroísmo: Universidade dos Açores, 2007. Tese de mestrado.

MELO, João de - "Açores: o segredo das ilhas". Lisboa, Dom Quixote Editora, 2000.

MENDES, Cândida - "A dimensão ecológica das zonas húmidas na gestão e conservação dos ZEC terrestres dos Açores". Angra do Heroísmo: Universidade dos Açores, Departamento de Ciências Agrárias, 2010. Tese de mestrado.

MENDES, Cândida; DIAS, Eduardo - "Ecologia e vegetação das turfeiras de *Sphagnum* sp. da ilha Terceira (Açores)." Angra do Heroísmo: Herbário da Universidade dos Açores (AZU), 2001. Caderno de Botânica n.º 5.

MONTEIRO, Rui; FURTADO, Sílvia; ROCHA, Melânia; FREITAS, Mário; MEDEIROS, Raquel; CRUZ, José Vergílio - "O ordenamento do território nos Açores: política e instrumentos". Ponta Delgada: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM); Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH), 2008.

NUNES, João Carlos - "Paisagens vulcânicas dos Açores". Ponta Delgada: Amigos dos Açores - Associação Ecológica, 2007. (1ª edição 1998).

OLIVEIRA, Rosário; ALBERGARIA, Isabel; FURTADO, S., GOMES, Cláudia, "Sistema de informação de apoio à gestão da paisagem dos Açores. Proposta para uma estratégia regional." Angra do Heroísmo: I Congresso de Ciência e Desenvolvimento dos Açores - Crise, Território e Paisagem, livro de Atas, 2013.

PALHINHA, Rui Telles - "Catálogo das plantas vasculares dos Açores". Lisboa: Sociedade de estudos açorianos Afonso Chaves, 1966. (revisão de A.R. Pinto da Silva).

PEREIRA, Carlos; TAVARES, João Tiago; FERNANDES, Pedro - "Aves dos Açores". Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), 2010.

PORTEIRO, João Mora - "Lagoas dos Açores: elementos de suporte ao planeamento integrado". Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2000. Tese de doutoramento.

PORTEIRO, João; COSTA, Luís; CALADO, Helena; PARAMIO, Luz; MONTEIRO, Pedro; MEDEIROS, António e GIL, Artur - "Plano de Gestão do Sítio Ramsar das Fajãs dos Cubres e da Caldeira de Santo Cristo". Ponta Delgada: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e Universidade dos Açores (Secção de Geografia), 2007.

PORTEIRO, João Mora - "Gestão ambiental e o ordenamento do território em espaços insulares: a rede regional de áreas protegidas dos Açores". Bragança: 17º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, 2011. ("Gestão de bens comuns e desenvolvimento regional sustentável", Bragança - Zamora, 29 de junho a 2 de julho de 2011). pp. 776-788.

RIBEIRO TELLES, Gonçalo - "Paisagem Global" in ABREU, Margarida Cancela de (coord.) - "Paisagem". Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 1994. (colecção estudos 2).

RIBEIRO, Luís; ABREU, Maria Manuela; BULCÃO, Lara; ARSÉNIO, Pedro - "Landscape sensitivity as a conciliation concept between bio-physical and cultural factors in planning for protected areas: the examples of two volcanic protected landscapes in Azores, Portugal". Bologna (Italy): 4th European

Congress on Regional Geoscientific cartography and information systems, 2003. ("Geoscientific information for spatial planning", 17-20 junho de 2003).

SCHÄFER, Hanno - "Flora of the Azores: a field guide". Weikersheim (Deutschland): Margraf Publishers, 2005. (second enlarged edition).

SILVA, L.; TAVARES, J.; SMITH, C.W. - "Biogeography of azorean plant invaders". "Arquipélago: life and marine sciences". Supplement 2 (Part A) (2000) pp. 19-27.

SILVA, Luís; OJEDA LAND, Elisabeth; RODRÍGUEZ LUENGO, Juan Luís (eds.) - "Flora e Fauna Terrestre Invasora na Macaronésia. TOP 100 nos Açores, Madeira e Canárias". Ponta Delgada: ARENA, 2008.

SILVA, Luís; MARTINS, Mónica C.; MACIEL, Graciete B.; MOURA, Mónica - "Flora vascular dos Açores: prioridades em conservação". Ponta Delgada: Amigos dos Açores, Centro de Conservação e Protecção do Ambiente (CCPA), [s/d].

SJÖGREN, Erik - "Recent changes in the vascular flora and vegetation of the Azores islands". "Separata de Memórias da Sociedade Broteriana". Vol. XXII, 1973 (Julho).

SJÖGREN, Erik - "Plants and flowers of the Azores". Erik Sjögren (ed.), 2001.

SJÖGREN, Erik - "Azorean bryophyte communities: a revision of differential species". "Arquipélago: life and marine sciences". 20A (2003) pp.1-29.

SPEA - "LIFE + Safe islands for seabirds: primeiro relatório de progresso". Lisboa: Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), 2010. (relatório não publicado).

SRAM - "Plano Sectorial para a Rede Natura 2000". Horta: Direcção Regional do Ambiente, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), 2004b.

SRAM - "Plano Regional de Erradicação e Controlo de Espécies de Flora Invasoras em Áreas Sensíveis (PRECEFIAS)". Horta: Direcção de Serviços da Conservação da Natureza, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), 2004c.

SRAM - "Plano de gestão de recursos hídricos: Caracterização e diagnóstico da situação de referência e perspectivas de evolução". Horta: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), 2010. (relatórios de todas as ilhas).

SRE, DRT - "Plano de ordenamento turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA): relatório - volume I: estratégia e programa de intervenção". Ponta Delgada: Secretaria Regional da Economia (SRE) /Direcção Regional do Turismo (DRT) / Consórcio GEOIDEIA/IESE/PLURAL. Março, 2007.

TOSTÕES, Ana; SILVA, Filipe Jorge; CALDAS, João Vieira; FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; BARCELOS, Nuno; MESTRE, Vítor - "Arquitectura popular dos Açores". Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2000.

VIEIRA, Rui Manuel da Silva - "Ameaças à laurissilva no século XXI". "Isleña: temas culturais das sociedades insulares atlânticas". Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais. N.º 42 (janeiro-Junho 2008) pp. 24-46.

VIEIRA, Virgílio - "Borboletas dos Açores: Papilionoidea e Sphingoidea". Ponta Delgada: Virgílio Vieira (edição do autor), 2009.

Recursos disponíveis na internet

FLORA.ON - [on line] Disponível em <http://flora-on.pt/>.

GEOPARQUE AÇORES - "Geossítios" [on line] Disponível em https://www.azoresgeopark.com/geoparque_acores/geossitios.php.

ICN - "Plano Sectorial da Rede Natura 2000: caracterização dos valores naturais". [on line] Instituto da Conservação da Natureza (ICN). Disponível em http://www.icn.pt/psrn2000/caracterizacao_valores_naturais/habitats.

Ordenamento do Território / Açores - Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores (PAE) [on line]. Disponível em <http://ot.azores.gov.pt/Instrumentos-de-Gestao-Territorial-Documento.aspx?id=82>.

SILVA, Paulo Henrique (coord.); SRAM - "SIARAM - Sentir e interpretar o ambiente dos Açores através de recursos auxiliares multimédia". [on line] Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Disponível em <http://siaram.azores.gov.pt/.html>.

SILVA, Luís *et al* - "Base de dados da biodiversidade dos Açores: plantas vasculares". [on line] Universidade dos Açores. Disponível em <http://www.azoresbioportal.angra.uac.pt>.

SPEA - "Life - Laurissilva sustentável". [on line] Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA); Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM); Câmara Municipal da Povoação (São Miguel). Disponível em <http://life-laurissilva.spea.pt/pt/o-projecto/habitats/>.

Informação digital

DRA/DOT - "Carta de Ocupação do Solo da Região Autónoma dos Açores (COS.A/2018) (ficha técnica)." Direção Regional do Ambiente | Divisão do Ordenamento do Território, 2018. (informação geográfica digital utilizada na análise em ArcGIS).

DRRF - "Perímetros florestais". 2014. (informação geográfica digital utilizada na análise em ArcGIS e fornecida pela DRA).

IGEO - "Cartografia militar em formato de imagem e vetorial", 2001 (informação geográfica digital utilizada na análise em ArcGIS e fornecida pela DRA).

IROA - "Reserva Agrícola Regional", 2013. (informação geográfica digital utilizada na análise em ArcGIS e fornecida pela DRA).

SRAM - "Caracterização e identificação das Paisagens dos Açores". Horta: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), 2001. (informação geográfica digital relativa a unidades de paisagem, elementos singulares e pontos de vista utilizada na análise em ArcGIS).

SRAM - "Parques Naturais de Ilha". Horta: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), 2008-2011. (informação geográfica digital utilizada na análise em ArcGIS).

SRAM/DROTRH - "Carta de Capacidade do solo." Ponta Delgada: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH), 1998. (informação geográfica digital utilizada na análise em ArcGIS, proveniente do PROTA e fornecida pela DRA).

SRAM/DROTRH - "Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores (PROTA)". Ponta Delgada: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM),

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH), 2010.

SRAM - "Geossítios do Geoparque Açores". Horta: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), 2010. (informação geográfica digital utilizada na análise em ArcGIS).

SRAM - "Áreas Ramsar". Horta: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), 2010. (informação geográfica digital utilizada na análise em ArcGIS).

SRAM - "Plano de Ordenamento de Orla Corteira da Terceira". Horta: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), 2012. (informação geográfica digital utilizada na análise em ArcGIS).

SRAM - "Key Biodiversity Areas". Horta: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), 2017. (informação geográfica digital utilizada na análise em ArcGIS).

Legislação

LEI n.º 19/2014. de 14 de abril - Define as bases da política de ambiente.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 18/2003/A, de 9 de abril - Aprova o novo Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 19/2003/A, de 23 de fevereiro - Plano Regional da Água da Região Autónoma dos Açores.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 20/2006/A, de 6 de junho - Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 11/2011/A, de 20 de abril - Cria o Parque Natural da Terceira.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 38/2008/A, de 11 de agosto - Aprova o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma das Açores.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 39/2008/A, de 12 de agosto - Alteração ao DLR n.º 18/2003/A, de 9 de abril.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 26/2010/A, de 12 de agosto - Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 24/2011/A, de 22 de agosto - Sistema portuário dos Açores.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 15/2012/A, de 2 de abril que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 35/2012/A, de 16 de agosto - Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 30/2012/A, de 3 de julho - Regime jurídico dos percursos pedestres da Região Autónoma dos Açores.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 19/2015/A, de 14 de agosto - Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas dos Açores.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 10/2016/A, de 16 de junho - Estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano na Região Autónoma dos Açores.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 10/2019/A, de 22 de maio - Regime de proteção e classificação das cavidades vulcânicas dos Açores.

DECRETO n.º 4/2005, de 14 de fevereiro - Aprova a “Convenção Europeia da Paisagem”.

DECRETO REGULAMENTAR REGIONAL n.º 38/2004/A, de 11 DE novembro, alterado pela DECLARAÇÃO N.º 1/2006/A, de 18 de setembro, o DECRETO REGULAMENTAR REGIONAL N.º 34/2006/A, de 13 de dezembro e o DECRETO REGULAMENTAR REGIONAL N.º 23/2012/A, de 14 de novembro - aprova o Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo.

DECRETO REGULAMENTAR REGIONAL n.º 1/2005/A, de 15 de fevereiro - Aprova Aprovar o Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha Terceira.

DECRETO REGULAMENTAR REGIONAL n.º 11/2006/A, de 22 de fevereiro - Aprova o Plano Diretor Municipal da Praia da Vitória.

DECRETO REGULAMENTAR REGIONAL n.º 24/2014/A - Aprova o sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socalcos, e de pomares de espécies tradicionais, situadas em áreas

de paisagem protegida e em fajãs costeiras, integradas nos parques naturais de ilha e em reservas da biosfera.

Anexos

1. Habitats com estatuto de proteção nas áreas protegidas do Parque Natural da Terceira

Tabela 6 - Listagem de habitats naturais com estatuto de proteção por área protegida do Parque Natural da Terceira.

	RNSSBMN	RNBFP	RNTBCL	MNAC	MNFE	APGHEPC	APGHEIC	APGHEM	APGHEBF	APGHECQR	APGHEPCCN	APGHEPB	APPVB	APGRCGM
1210 - Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré						X				X				
1220 - Vegetação perene das costas de calhaus rolados										X	X			
1250 - Falésias com flora endémica das costas macaronésias						X				X	X		X	
3130 - Águas oligomesotróficas da região mediterrânica perialpina com vegetação de Littorella ou Isoetes	X		X								X	X		
3160 - Lagoas e charcos distróficos	X	X	X	X	X							X		X
3170 - Charcos temporários mediterrânicos *	X													
4050 - Charnecas macaronésicas endémicas *	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X
4060 - Charnecas alpinas e subalpinas	X													
5330 - Matos termomediterrânicos pré-desérticos	X	X									X			
6180 - Prados mesofíticos macaronésicos	X	X									X			
7110 - Turfeiras altas ativas *	X	X	X	X	X						X	X		X
7120 - Turfeiras altas degradadas ainda	X	X	X	X	X						X	X		X

	RNSSBMN	RNBFFPA	RNTBCL	MNAC	MNFE	APGHEPC	APGHEIC	APGHEM	APGHEBF	APGHECQR	APGHEPCCN	APGHEPB	APPVB	APGRCGM
suscetíveis de regeneração natural														
7130 - Turfeiras de cobertura (* turfeiras ativas)	X	X	X		X						X			
7140 - Turfeiras de transição e turfeiras ondulantes	X	X									X			
8220 - Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica	X	X									X			X
8230 - Vegetação pioneira de superfícies rochosas	X	X									X			
8310 - Grutas não exploradas pelo turismo	X	X		X			X			X			X	
8320 - Campos de lavas e escavações naturais	X			X	X						X			X
91D0 - Turfeiras arborizadas *	X	X	X	X							X	X		
9360 - Laurissilvas macaronésicas *	X	X	X	X				X			X	X		X
9560 - Florestas macaronésicas de <i>Juniperus</i> spp.*	X	X									X	X		

RNSSBMN - RESERVA NATURAL DA SERRA DE SANTA BÁRBARA E DOS MISTÉRIOS NEGROS

RNBFFPA - RESERVA NATURAL DO BISCOITO DA FERRARIA E PICO ALTO

RNTBCL - RESERVA NATURAL DA TERRA BRAVA E CRIAÇÃO DAS LAGOAS

MNAC - MONUMENTO NATURAL DO ALGAR DO CARVÃO

MNFE - MONUMENTO NATURAL DAS FURNAS DO ENXOFRE

APGHEPC - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DA PONTA DAS CONTENTAS

APGHEIC - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DOS ILHÉUS DAS CABRAS

APGHEM - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DA MATELA

APGHEBF - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DO BISCOITO DAS FONTINHAS

APGHECQR - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DA COSTA DAS QUATRO RIBEIRAS

APGHEPCCN - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DO PLANALTO CENTRAL E COSTA NOROESTE

APGHEPB - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DO PICO DO BOI

APPVB - ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA DAS VINHAS DOS BISCOITOS

APGRCGM - ÁREA PROTEGIDA DE GESTÃO DE RECURSOS DA CALDEIRA DE GUILHERME MONIZ

* Habitat prioritário (Diretiva Habitats)

2. Espécies com interesse para a conservação da natureza nas áreas protegidas do Parque Natural da Terceira

2.1. Flora

Tabela 7 - Listagem de espécies de flora por área protegida do Parque Natural da Terceira.

	RNSSBMN	RNBFA	RNTBCL	MNAC	MNFE	APGHEPC	APGHEIC	APGHEM	APGHEBF	APGHECQR	APGHEPCCN	APGHEPB	APPVB	APGRCGM
<i>Agrostis congestiflora</i>	x	x	x								x		x	
<i>Agrostis gracililaxa</i> 1		x	x								x			
<i>Amaranthus retroflexus</i>											x			
<i>Ammi trifoliatum</i> 1P		x									x			
<i>Angelica lignescens</i> 1P	x	x									x			
<i>Aphanolejeune a azorica</i>	x	x	x		x						x	x		
<i>Aphanolejeune a madeirensis</i>		x									x			
<i>Aphanolejeune a sintenisii</i>	x	x	x	x	x			x			x	x		x
<i>Arceuthobium azoricum</i> 1P	x	x	x								x			
<i>Asplenium azoricum</i> 1		x												
<i>Asplenium hemionitis</i> 1								x			x			
<i>Azorina vidalii</i> *1										x				
<i>Bazzania azorica</i>	x	x	x	x	x						x	x		x
<i>Bellis azorica</i> 1P		x												
<i>Calluna vulgaris</i>	x	x	x	x	x		x	x	x		x	x		x
<i>Cardamine caldeirarum</i>	x	x	x		x						x			
<i>Carex hochstetteriana</i>														x
<i>Colura calyptrifolia</i>	x	x	x	x	x						x	x		
<i>Conyza bonariensis</i>	x	x				x			x	x	x	x		

	RNSSBMN	RNBFP A	RNTBCL	MNAC	MNFE	APGHEPC	APGHEIC	APGHEM	APGHEBF	APGHECQR	APGHEPCCN	APGHEPB	APPVB	APGRCGM
<i>Culcita macrocarpa</i> 1	X	X	X	X	X			X	X		X	X		X
<i>Cyclodictyon laetevirens</i>	X	X	X	X							X	X		X
<i>Cynodon dactylon</i>						X			X	X	X		X	
<i>Cyperus esculentus</i>						X			X		X		X	
<i>Dactylis glomerata</i>			X	X							X			X
<i>Daucus azoricus</i>											X		X	
<i>Deschampsia foliosa</i>	X	X									X			X
<i>Diphasiastrum madeirense</i> 1	X	X									X			
<i>Dryopteris azorica</i>	X	X		X				X			X			
<i>Dryopteris crispifolia</i>														X
<i>Echinodium renauldii</i>											X			
<i>Erica azorica</i> 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Euphorbia azorica</i>							X						X	
<i>Euphorbia stygiana</i> 1P	X	X		X							X			
<i>Euphrasia grandiflora</i> 1P	X	X	X											
<i>Festuca francoi</i>	X	X	X								X			
<i>Festuca petraea</i>						X	X			X	X			
<i>Frangula azorica</i> 1P	X	X	X	X	X	X		X			X	X		X
<i>Grammitis azorica</i>		X												
<i>Hedera azorica</i>	X	X			X						X		X	X
<i>Holcus rigidus</i>	X	X	X	X							X			X
<i>Huperzia dentata</i> 1	X		X	X	X						X	X		X
<i>Huperzia suberecta</i> 1	X	X	X	X	X						X	X		X

	RNSSBMN	RNBFP A	RNTBCL	MNAC	MNFE	APGHEPC	APGHEIC	APGHEM	APGHEBF	APGHECQR	APGHEPCCN	APGHEPB	APPVB	APGRCGM
<i>Hypericum foliosum</i>	X	X	X	X							X	X		X
<i>Ilex azorica</i>	X	X	X		X			X			X			X
<i>Ipomoea indica</i>									X				X	
<i>Isoetes azorica</i> 1P	X										X			X
<i>Juncus</i> spp.	X	X	X	X	X			X	X		X	X		X
<i>Juniperus brevifolia</i> 1P	X	X	X	X							X			X
<i>Lactuca watsoniana</i> *1	X	X	X	X	X						X	X		X
<i>Laurus azorica</i> P	X	X	X	X	X			X			X			X
<i>Leontodon filii</i> 1	X	X									X			
<i>Leontodon rigens</i>		X									X			
<i>Leucobryum glaucum</i> 1	X			X	X						X			
<i>Luzula purpureosplendens</i>	X	X	X		X						X	X		X
<i>Lysimachia azorica</i>	X	X	X	X	X			X			X	X		X
<i>Mentha aquatica</i>	X	X	X					X			X	X		X
<i>Mentha pulegium</i>	X		X	X				X	X		X	X		X
<i>Morella faya</i>	X	X	X			X	X		X		X	X		
<i>Myosotis maritima</i> 1P										X			X	
<i>Myrsine retusa</i>	X	X	X	X	X						X			X
<i>Ophioglossum azoricum</i>	X													
<i>Osmunda regalis</i>	X	X	X								X	X		X
<i>Pericallis malvifolia</i> 1P	X	X	X								X			
<i>Picconia azorica</i> 1P	X	X	X	X						X	X	X		X
<i>Platanthera micrantha</i> P	X	X	X	X	X						X	X		X

	RNSSBMN	RNBFP A	RNTBCL	MNAC	MNFE	APGHEPC	APGHEIC	APGHEM	APGHEBF	APGHECQR	APGHEPCCN	APGHEPB	APPVB	APGRCGM
<i>Polypodium azoricum</i>	X	X	X	X							X			X
<i>Polypogon maritimus</i>							X							
<i>Polystichum seliferum</i>											X			X
<i>Potentilla anglica</i>	X	X	X	X							X			
<i>Potentilla erecta</i>	X	X	X	X							X			X
<i>Prunus azorica</i> 1P	X	X									X			
<i>Peridium aquilinum</i>	X	X	X	X		X		X	X	X	X	X	X	X
<i>Rubus hochstetterorum</i> P	X	X	X	X							X	X		X
<i>Rumex azoricus</i> 1P	X	X								X	X			
<i>Sanicula azorica</i> 1P	X	X	X		X						X	X		
<i>Scabiosa nitens</i> 1	X			X							X			
<i>Serapias cordigera</i>														X
<i>Silene uniflora</i> uniflora													X	
<i>Smilax azorica</i>		X									X			
<i>Spergularia azorica</i> 1						X	X			X	X		X	
<i>Sphagnum</i> spp. 1	X	X	X	X	X			X			X	X		X
<i>Tetrastichium fontanum</i>	X	X	X	X				X			X	X		X
<i>Tetrastichium virens</i>	X	X	X		X			X			X	X		X
<i>Tolpis azorica</i> R4	X	X	X	X	X			X			X	X		X
<i>Tylimanthus laxus</i>	X	X	X		X						X	X		X
<i>Vaccinium cylindraceum</i> P	X	X	X	X	X			X			X			X
<i>Viburnum treleasei</i> P	X	X	X	X							X			
<i>Woodwardia radicans</i> 1	X	X	X	X	X			X	X		X	X		X

RNSSBMN - RESERVA NATURAL DA SERRA DE SANTA BÁRBARA E DOS MISTÉRIOS NEGROS
RNBFFA - RESERVA NATURAL DO BISCOITO DA FERRARIA E PICO ALTO
RNTBCL - RESERVA NATURAL DA TERRA BRAVA E CRIAÇÃO DAS LAGOAS
MNAC - MONUMENTO NATURAL DO ALGAR DO CARVÃO
MNFE - MONUMENTO NATURAL DAS FURNAS DO ENXOFRE
APGHEPC - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DA PONTA DAS CONTENTAS
APGHEIC - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DOS ILHÉUS DAS CABRAS
APGHEM - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DA MATELA
APGHEBF - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DO BISCOITO DAS FONTINHAS
APGHECQR - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DA COSTA DAS QUATRO RIBEIRAS
APGHEPCCN - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DO PLANALTO CENTRAL E COSTA NOROESTE
APGHEPB - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DO PICO DO BOI
APPVB - ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA DAS VINHAS DOS BISCOITOS
APGRCGM - ÁREA PROTEGIDA DE GESTÃO DE RECURSOS DA CALDEIRA DE GUILHERME MONIZ

* Espécie prioritária (Diretiva Habitats)

1 Espécie protegida pela Diretiva Habitats e/ou Convenção de Berna

P *Taxon* prioritário para a conservação (Anexo II do D.L.R. n.º 15/2012/A, de 2 de abril)

R4 Espécie de flora vascular protegida por interesse regional (Anexo II do D.L.R. n.º 15/2012/A, de 2 de abril)

	RNSSBMN	RNBFPFA	RNTBCL	MNAC	MNFE	APGHEPC	APGHEIC	APGHEM	APGHEBF	APGHECQR	APGHEPCCN	APGHEPB	APPVB	APGRCGM
<i>Larus michahelis</i> 1		x								x	x			
<i>Motacilla cinerea patriciae</i> 1	x	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x	x
<i>Passer domesticus</i>	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x
<i>Regulus regulus inermis</i> 1P	x	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x	x
<i>Scolopax rusticola</i> 1	x	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x	x
<i>Serinus canaria</i>	x	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x	x
<i>Sterna dougallii</i> *1P						x	x			x				
<i>Sterna hirundo</i> *1P						x	x			x	x		x	
<i>Sturnus vulgaris</i> 1	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x		
<i>Sylvia atricapilla gularis</i> 1	x	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x	x
<i>Turdus merula azorensis</i> 1	x	x	x	x	x			x	x		x	x		x

Tabela 9 - Listagem de espécies de mamíferos por área protegida do PNI da Terceira.

	RNSSBMN	RNBFPFA	RNTBCL	MNAC	MNFE	APGHEPC	APGHEIC	APGHEM	APGHEBF	APGHECQR	APGHEPCCN	APGHEPB	APPVB	APGRCGM
<i>Nyctalus azoreum</i> 1P	x	x	x	x	x	x		x			x	x		

Tabela 10 - Listagem de espécies de artrópodes por área protegida do PNI da Terceira.

	RNSSBMN	RNBFPFA	RNTBCL	MNAC	MNFE	APGHEPC	APGHEIC ^o	APGHEM	APGHEBF	APGHECQR	APGHEPCCN	APGHEPB	APPVB	APGRCGM
<i>Acorigone acorensis</i>	x	x	x		x			x			x	x		x
<i>Alestrus dolosus</i>	x	x	x		x						x	x		
<i>Aphrodes hamiltoni</i>	x	x	x	x	x						x	x		x
<i>Argyresthia atlanticella</i>	x	x	x	x	x			x		x	x	x		x

	RNSSBMN	RNBFA	RNTBCL	MNAC	MNFE	APGHEPC	APGHEICº	APGHEM	APGHEBF	APGHECQR	APGHEPCCN	APGHEPB	APPVB	APGRCGM
<i>Ascotis fortunata</i>	x	x	x	x	x			x		x	x	x		x
<i>Atheta dryochares</i>	x		x								x	x		
<i>Athous azoricus</i>								x			x			
<i>Atlantocis gillerforsi</i>			x					x			x			
<i>Calacalles subcarinatus</i>	x	x	x		x						x	x		
<i>Campachipteria weigmanni</i>	x													
<i>Carabodes azoricus</i>	x													
<i>Cedrorum azoricus</i>	x	x	x								x	x		
<i>Cerodontha bistrigata</i>											x			
<i>Chrysotus elongatus</i>					x						x			
<i>Chrysotus vulcanicola</i>											x			
<i>Cixius azoricus</i>	x	x	x	x							x			
<i>Cixius azoterceirae</i>	x	x	x	x	x			x	x	x	x	x		x
<i>Cyclophora azorensis</i>	x	x	x	x	x			x			x	x		x
<i>Damaeus pomboi</i>	x	x	x					x			x			
<i>Elipsocus azoricus</i>	x	x	x		x				x		x	x		x
<i>Elipsocus brincki</i>	x	x	x		x			x			x	x		x
<i>Emblyna acorensis</i>										x	x			
<i>Ensina azorica</i>										x				
<i>Eudonia interlinealis</i>	x	x									x			x
<i>Eudonia luteusalis</i>	x	x	x		x						x	x		
<i>Eupteryx azorica</i>	x										x			x
<i>Galumna azoreana</i>								x	x		x			
<i>Gibbaranea occidentalis</i>	x	x	x		x			x		x	x	x	x	x

	RNSSBMN	RNBFA	RNTBCL	MNAC	MNFE	APGHEPC	APGHEIC ^o	APGHEM	APGHEBF	APGHECQR	APGHEPCCN	APGHEPB	APPVB	APGRCGM
<i>Graphania granti</i>											X			
<i>Hemerobius azoricus</i>	X	X	X		X						X	X		X
<i>Heminothrus oromii</i>	X										X			
<i>Hermanniella incondita</i>								X			X			
<i>Hipparchia azorina</i>	X	X	X								X	X		
<i>Humerobates pomboi</i>	X		X					X			X			
<i>Hydroporus guernei</i>	X										X			
<i>Javesella azorica</i>					X						X			
<i>Kowarzia sexmaculata</i>										X				
<i>Lasaeola oceanica</i>	X	X	X	X	X			X			X	X		
<i>Lepthyphantes acorensis</i>	X	X	X		X			X			X	X		X
<i>Liacarus angustatus</i>	X								X					
<i>Limnephilus atlanticus</i>	X	X									X			
<i>Lithobius obscurus</i>	X			X							X			
<i>Megaselia leptofemur</i>	X										X			
<i>Melanozetes azoricus</i>	X										X			
<i>Mesapamea storai</i>			X		X						X			X
<i>Micrurapteryx bistrigella</i>		X									X			
<i>Minicia floresensis</i>	X	X	X								X	X		
<i>Neon acorensis</i>	X	X	X		X						X			
<i>Noctua atlantica</i>			X								X			X
<i>Noctua carvalhoi</i>											X			
<i>Nothrus palustris</i>	X		X					X	X		X			
<i>Ommatocepheus parvilamellatus</i>	X							X			X			

	RNSSBMN	RNBFP	RNTBCL	MNAC	MNFE	APGHEPC	APGHEICº	APGHEM	APGHEBF	APGHECQR	APGHEPCCN	APGHEPB	APPVB	APGRCGM
<i>Orthotylus junipericola</i>		X									X			
<i>Parachipetria floresiana</i>	X								X					
<i>Parachipetria insularis</i>	X	X												
<i>Pardosa acorensis</i>	X	X	X	X	X			X			X	X		X
<i>Phloeosinus gillerforsi</i>	X	X									X			
<i>Phloeostiba azorica</i>	X													
<i>Phlogophora furnasi</i>			X								X			X
<i>Phlogophora interrupta</i>	X		X								X			X
<i>Phthiracarus atlanticus</i>								X			X			
<i>Pilocephus azoricus</i>	X													
<i>Pinalitus oromii</i>	X	X	X		X			X			X	X		X
<i>Pisaura acorensis</i>	X	X	X	X	X			X			X	X		X
<i>Pithanus maerkelii</i>	X	X									X			
<i>Porrhomma borgesii</i>	X	X	X	X	X						X	X		
<i>Pseudechinosoma nodosum</i>			X		X						X			
<i>Pseudoblothrus vulcanus</i>											X			
<i>Pseudolycoriella campanulata</i>											X			
<i>Pseudosinella ashmoleorum</i>				X							X			
<i>Rachispoda atrolimosa</i>										X				
<i>Rugathodes acorensis</i>	X	X	X		X						X	X		X
<i>Sancus acorensis</i>	X	X	X	X	X						X	X		
<i>Savigniorhipis acorensis</i>	X	X	X	X	X			X			X	X		X
<i>Scaptomyza impunctata</i>											X			
<i>Scoparia aequipennalis</i>		X	X								X			X

	RNSSBMN	RNBFA	RNTBCL	MNAC	MNFE	APGHEPC	APGHEIC ^o	APGHEM	APGHEBF	APGHECQR	APGHEPCCN	APGHEPB	APPVB	APGRCGM
<i>Scoparia carvalhoi</i>											X			
<i>Scoparia coecimaculalis</i>		X									X	X		
<i>Scoparia semiampalis</i>	X	X									X			
<i>Sphaerophoria nigra</i>											X			
<i>Steganacarus hirsutus</i>	X							X			X			
<i>Strophingia harteni</i>	X	X	X	X	X					X	X			X
<i>Tarphius azoricus</i>									X					
<i>Trechus terrabravensis</i>	X	X	X		X						X	X		
<i>Trechus terceiranus</i>	X			X							X			X
<i>Trigoniophthalmus borgesii</i>	X	X	X		X			X			X	X		X
<i>Turinyphia cavernicola</i>				X							X			
<i>Udea azorensis</i>			X								X			X
<i>Walckenaeria grandis</i>	X	X	X		X						X	X		
<i>Xanthorhoe inaequata</i>	X	X	X	X	X						X	X		X

RNSSBMN - RESERVA NATURAL DA SERRA DE SANTA BÁRBARA E DOS MISTÉRIOS NEGROS

RNBFA - RESERVA NATURAL DO BISCOITO DA FERRARIA E PICO ALTO

RNTBCL - RESERVA NATURAL DA TERRA BRAVA E CRIAÇÃO DAS LAGOAS

MNAC - MONUMENTO NATURAL DO ALGAR DO CARVÃO

MNFE - MONUMENTO NATURAL DAS FURNAS DO ENXOFRE

APGHEPC - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DA PONTA DAS CONTENDAS

APGHEIC - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DOS ILHÉUS DAS CABRAS

APGHEM - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DA MATELA

APGHEBF - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DO BISCOITO DAS FONTINHAS

APGHECQR - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DA COSTA DAS QUATRO RIBEIRAS

APGHEPCCN - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DO PLANALTO CENTRAL E COSTA NOROESTE

APGHEPB - ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DO PICO DO BOI

APPVB - ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA DAS VINHAS DOS BISCOITOS

APGRCGM - ÁREA PROTEGIDA DE GESTÃO DE RECURSOS DA CALDEIRA DE GUILHERME MONIZ

^o Sem informação ou dados disponíveis para esta AP.



TERCEIRA



GOVERNO
DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE